

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**VELHOS ATORES, NOVAS PRÁTICAS: DESENVOLVIMENTO
TECNOLÓGICO E MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO NORTE DE
MINAS GERAIS**

SELVA DE SOUSA LIMA TELLES

Montes Claros/MG
2006

SELVA DE SOUSA LIMA TELLES

**VELHOS ATORES, NOVAS PRÁTICAS: DESENVOLVIMENTO
TECNOLÓGICO E MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO NORTE DE
MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes –, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

Orientador:

Prof^º Dr. Antônio Dimas Cardoso – Unimontes – Orientador

**Montes Claros – MG
2006**

Dados Internacional de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central Professor Antônio Jorge

Telles, Selva de Sousa Lima.

T273v Velhos atores, novas práticas : desenvolvimento tecnológico e modernização conservadora no Norte de Minas Gerais / Selva de Sousa

Lima Telles. – 2006.
71 f. : il.

Bibliografia : f. 63-67

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, 2006.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Dimas Cardoso

1. Desenvolvimento social – Norte de Minas – Brasil 2. Desenvolvimento – Agronegócio. 3. Desenvolvimento - Ciência e tecnologia. I. Cardoso, Antônio Dimas. II. Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. III. Título.

338.1

CDD –

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Dissertação de Mestrado intitulada “Velhos atores novas práticas: desenvolvimento tecnológico e modernização conservadora no Norte de Minas Gerais” de autoria de Selva de Sousa Lima Telles, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Antônio Dimas Cardoso – Unimontes - Orientador

Profa. Dra. Luciene Rodrigues – Unimontes

Prof. Dr. Otávio Soares Dulci - UFMG

AGRADECIMENTOS

Produzir conhecimento científico é um grande desafio!

Ao final, se de alguma forma posso ser considerada vencedora por ter conseguido cumprir minhas obrigações, devo isso ao meu esforço pessoal e, muito especialmente, às pessoas que me acompanharam e auxiliaram nesta jornada.

Ao meu orientador, Antônio Dimas Cardoso, agradeço não apenas pelas contribuições e pela condução deste projeto, mas também por ter me aceitado novamente como sua orientanda e ter acreditado em mim até o final.

Aos Srs. Alexandre Pires Ramos e Rômulo Augusto L'Abbate Marques – presidente e ex-presidente da Fundetec; ao Professor Geraldo Matos Guedes – secretário executivo da Fundetec; ao Sr. Gilberto Guálter Santos – membro do comitê gestor da Fundetec; ao Sr. Jamil Habbib Curi – presidente da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Montes Claros, à Sra. Virgínia Evangelista Soares Maia – secretária da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Montes Claros e aos empresários que gentilmente atenderam às minhas solicitações de entrevista, agradeço por me propiciarem o acesso a informações imprescindíveis a esta dissertação.

Aos técnicos do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas e aos agricultores familiares que participaram do encontro “Povos do Cerrado: cuidadores do território, da cultura e da biodiversidade”, agradeço por me auxiliarem a enxergar o agronegócio a partir de uma perspectiva diferente da que eu estava acostumada.

Ao Professor Otávio Soares Dulci e ao Professor Luiz Antônio Matos de Macedo agradeço pelas valiosíssimas contribuições durante a banca de qualificação deste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes, sou grata pela formação intelectual que me proporcionaram durante estes dois anos de curso. Certamente, vocês foram a metade da melhor parte do curso!

À outra metade, meus colegas de mestrado, agradeço pelo carinho, pela paciência e por todas as sugestões e críticas ao meu trabalho. Em especial, à Isabel Cristina Barbosa de Brito, Lucíola da Silva Paranhos, Solange Procópio Xavier e Walisson Klayton Ferreira de Oliveira, agradeço por terem se tornado amigos tão queridos!

Aos secretários do mestrado: Madalena, Cláudio, Luquinha e Filomeno – agradeço pela dedicação à nossa turma e também pela paciência.

Além de todos estes apoios das pessoas diretamente ligadas à minha pesquisa, as contribuições, o apoio e o carinho que recebi de meus familiares e amigos foram absolutamente indispensáveis ao sucesso deste trabalho.

Ao papai, agradeço não apenas pelo esforço para que eu conseguisse me formar e continuar estudando, mas principalmente, pela confiança e pelo estímulo constantes.

Aos meus irmãos, Daniel e Kéké, agradeço pela torcida. Mesmo à distância, sei que sempre pude contar com a confiança de vocês dois.

Ao meu grande amigo Carlos Caixeta de Queiroz devo uma gratidão que não caberia nestas páginas. Para além das discussões teóricas, Carlos foi um dos maiores responsáveis por minha lucidez ao final destes dois anos.

Alessandro Roberto de Oliveira e João Batista de Almeida Costa são dois grandes pilares de minha formação como intelectual e como pessoa humana. A vocês, agradeço imensamente por me ajudarem a pensar o mundo de maneira diferente.

Maria Almeida Ribeiro e Cláudia Regina Santos Almeida são duas das maiores responsáveis por meu ingresso no PPGDS. A vocês agradeço, em especial, pelo amparo nos momentos difíceis.

Amanda Ramalho de Oliveira, Fabrizia Valle Filpi, Gracielle Arruda, Frederico Viana Pinheiro, Karen Nobre Martins, Kátia Geralda Pascoal Fonseca, Malco Braga Camargos, Maria Conceição Santos Rocha, Patrícia Fernanda Heliodoro e Walisson Vasconcelos Pascoal foram os amigos de todas as horas. Sem o apoio de vocês, não sei o que seria de mim! Cada um sabe o quanto foi importante poder contar com a amizade, o carinho, o apoio e a compreensão que me dedicaram durante a preparação e a elaboração desta dissertação. Muito obrigada.

À minha mãe, Selva Maria Lessa de Sousa Lima e às minhas tias Myrthes Lessa de Sousa Lima e Dalva Maria de Sousa Lima Campos, sou grata de uma maneira muitíssimo especial. O amor gratuito, sincero e seguro de vocês, o socorro nas horas difíceis, o companheirismo nas horas alegres são inestimáveis. A vocês, além agradecer do fundo do coração, só posso dedicar este trabalho.

RESUMO

Esta dissertação investiga as novas formas de articulação da elite dominante do Norte de Minas Gerais, rumo a um projeto de desenvolvimento que atenda aos seus interesses de classe, a partir de um contexto em que o auxílio do setor público diminuiu drasticamente com a extinção da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Tomando-se como referencial de pesquisa as movimentações desta elite para a construção do Parque Tecnológico Regional de Montes Claros, buscou-se compreender, por um lado, a centralidade do papel histórico deste atores para o processo de desenvolvimento regional, e por outro, de que forma a plataforma *ciência & tecnologia* foi eleita o mote do desenvolvimento regional na atualidade. Ao longo desta pesquisa procurou-se percorrer o caminho histórico dos dois modelos hegemônicos adotados para a promoção de desenvolvimento regional, a saber: em um primeiro momento, o modelo de desenvolvimento centrado no Estado como agente indutor e, em seguida, o modelo de desenvolvimento calcado nas ações estratégicas da iniciativa privada.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento, agronegócio, elite, estratégia, *ciência & tecnologia*.

ABSTRACT

This is a study about new forms of articulation of the entrepreneurial elite in the field of agro business in the North of Minas Gerais in order to implement a project of development that satisfies their interests as a class, starting from a context in which the help of the public area diminished drastically with the extinction of the Superintendence for the Development of the Northeast (SUDENE).

The study takes, as a reference for the research, the movements of this elite for the construction of the Regional Technological Center in Montes Claros, so as to understand, on the one hand, the centrality of the historical role of these actors in the regional development process, and on the other hand, the way the slogan *Science & Technology* was chosen as a motto for regional development in the present days.

This study also reproduces the historical path of two hegemonic models adopted for the promotion of regional development, which are: first, the model of development centered in the State as an agent responsible for the process and, second, the model of development rested on strategic actions of private actors.

KEY-WORDS: development, agro business, elite, strategy, science & technology.

SUMÁRIO

Lista de Figuras, Quadro e Tabelas	ix
Lista de Siglas	x
INTRODUÇÃO	01
1. DA METRÓPOLE À SUDENE: O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO INDUZIDO DO NORTE DE MINAS	05
1.1. Contexto Histórico de Formação da Base Socioeconômica Norte Mineira	05
1.1.1. Vínculos iniciais com o Nordeste.....	05
a) A pecuária e a agricultura de subsistência.....	05
b) O ciclo do algodão.....	08
c) O início do processo de industrialização regional.....	09
1.2. O desenvolvimento “chega” ao Norte de Minas	11
1.2.1. O processo de criação da Sudene.....	11
1.2.2. A concepção de desenvolvimento que norteou as ações da Sudene.....	15
1.2.3. Breve balanço da atuação da Sudene na região.....	20
2. O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DA ELITE DOMINANTE NORTE MINEIRA	27
2.1. Arranjos Produtivos Locais: uma estratégia para a promoção de desenvolvimento.....	42
2.2. Parques Tecnológicos: novos instrumentos para a promoção do desenvolvimento local.....	46

3.	O PARQUE TECNOLÓGICO REGIONAL DE MONTES CLAROS E SEU IMPACTO SOBRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	49
3.1.	Montes Claros.....	49
3.2.	O Parque Tecnológico Regional de Montes Claros segundo o discurso de seus idealizadores.....	50
3.3.	Algumas Considerações acerca do impacto do modelo de desenvolvimento baseado em <i>ciência & tecnologia</i> para o Norte de Minas.....	56
	Considerações Finais.....	59
	Bibliografia.....	63
	Anexos.....	68

LISTA DE FIGURAS, QUADRO E TABELAS

Figuras

2.1. O Diamante da Competitividade de Michael Porter.....	31
2.2. Os APLs da Região Norte de Minas e o Parque Tecnológico Regional de Montes Claros.....	45

Quadro

2.1. Agronegócio Regional: Potencialidades X Entraves.....	40
--	----

Tabelas

3.1. Parque Tecnológico de Montes Claros: impacto e efeitos multiplicadores de natureza socioeconômica (Horizonte: 10 anos)	54
3.2. Parque Tecnológico Regional de Montes Claros: novos empreendimentos e postos de trabalho.....	55

LISTA DE SIGLAS

ABANORTE – Associação Central dos Fruticultores do Norte de Minas

ACI/Moc – Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Montes Claros

ADENE – Agência de Desenvolvimento do Nordeste

AMANS – Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene

ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas

APLs – Arranjos Produtivos Locais

BNB – Banco do Nordeste

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento

CAA-NM – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba

COOPAGRO – Cooperativa Agropecuária Regional de Montes Claros

CREDINOR – Cooperativa de Crédito Rural do Norte de Minas

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPAMIG – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais

FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

GEANOR – Grupo de Experimentação Agropecuário Minas Gerais

IASP - Associação Internacional de Parques Científicos

IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária

NCA-UFMG – Núcleo de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais

ONGs – Organizações Não Governamentais

PME's – Pequenas e Médias Empresas

REDESIT – Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UFL – Universidade Federal de Lavras

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UFV – Universidade Federal de Viçosa

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, não é um fenômeno episódico a organização das elites¹ com o objetivo de se manter no poder. Desta forma, torna-se necessário por um lado, refletir sobre as mudanças conjunturais que influenciam as estratégias adotadas pelas elites rumo aos seus interesses, e, por outro, analisar as conseqüências da atuação destes grupos sobre o processo de desenvolvimento socioeconômico como um todo.

No Brasil, os estudos sobre as elites econômicas tiveram início nos anos 1970, quando privilegiou-se a análise da influência desses atores na esfera política nacional. Na década seguinte, o fortalecimento do poder das instituições privadas, proporcionado pelas políticas de cunho neoliberal e pelo fenômeno da globalização cultural e financeira, consolidou a matriz teórica que primava pela busca de correlações entre a esfera econômica e a esfera política, colocando em foco a questão empresarial.

Considerando que para compreender as desigualdades sociais de um país é essencial conhecer o discurso, a organização e a atuação de suas elites; e partindo do pressuposto que a heterogeneidade dos estágios de desenvolvimento das regiões brasileiras está vinculada ao papel desempenhado por grupos dominantes em âmbito regional; nesta pesquisa, buscamos investigar as novas formas de articulação da elite norte mineira rumo a um projeto de desenvolvimento que atendesse aos seus interesses de classe.

Nosso ponto de partida foi, por um lado, a insuficiência dos modelos explicativos do processo de desenvolvimento brasileiro para embasarem uma leitura adequada do caso norte

¹ Conforme Cardoso (2004:42) elites são “*os atores sociais que intervêm no processo decisório, seja como protagonistas diretos, seja como formadores de opinião, ou mesmo como articuladores de demandas e pressões suscetíveis de exercer impacto significativo nas esferas de decisão*”. Para este autor, a constituição de grupos de interesse que exercem pressões diferenciadas e específicas sobre a sociedade, deve-se ao fato de que o poder encontra-se nela distribuído de maneira heterogênea. Assim, a existência do conflito entre grupos diferenciados e, mais do que isto, a dominação exercida pelas elites sobre os demais conjuntos de indivíduos, localiza-se tanto na esfera política como na econômica.

mineiro². E por outro lado, o estudo pioneiro de Dulci (1999) sobre o modelo intermediário da modernização mineira.

Do mesmo modo que na maioria dos estudos sobre questões ligadas ao “desenvolvimento”, neste trabalho, não tivemos a pretensão de indicar um modelo universal, com indicadores absolutos. Buscamos antes, encontrar elementos balizadores do “desenvolvimento” como um processo em construção no Norte de Minas.

Assim sendo, enfocamos algumas das novas formas de articulação da elite agropecuária regional, considerando-as como estratégias para recobrar o auxílio público perdido com a extinção da Sudene.

A partir de uma conjuntura onde a plataforma *ciência & tecnologia* foi tomada como mote da promoção do desenvolvimento regional, a escolha do setor agropecuário como referencial de análise deveu-se, (i) ao fato de que historicamente o agronegócio consolidou-se como principal atividade produtiva regional, e (ii) porque esta atividade produtiva congrega a maior parte da elite política e econômica norte mineira.

Ao longo desta pesquisa procuramos percorrer o caminho histórico dos dois modelos hegemônicos adotados para a promoção de desenvolvimento regional, a saber: em um primeiro momento, o modelo de desenvolvimento centrado no Estado como agente indutor e, em seguida, o modelo de desenvolvimento calcado nas ações estratégicas da iniciativa privada rumo à plataforma *ciência & tecnologia*. Nosso objetivo fundamental foi verificar como o grupo dominante tem se organizado para atingir seus objetivos e de que forma estas novas estratégias refletem sobre o desenvolvimento social regional.

A importância deste tipo de trabalho, acreditamos, está relacionada à necessidade “*de se aprofundar o estudo da diversidade regional brasileira (...) tanto no aspecto econômico quanto nos aspectos político, social e cultural, pesquisando-se a relação entre essas esferas*” (Dulci, 1999:238); e também, com a carência de reflexões sobre uma fase em que as políticas para a

² Em geral, estudos que partiam da experiência nacional – tomando São Paulo como referência – e consideravam que os desdobramentos do modelo paulista serviriam de base para a análise da modernização das demais regiões.

promoção de desenvolvimento regional passam a ser pensadas “de dentro” – considerando-se a região como “ponto de partida e alvo” –; e não gestadas nos altos escalões do governo estadual e/ou federal, tendo o Norte de Minas apenas como “foco de atuação”.

Desta forma, para coletar as informações necessárias a este trabalho, foi feita uma pesquisa documental nos arquivos da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Montes Claros – ACI/Moc – e da Fundação de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Agropecuária Norte Mineira – FUNDETEC –. Nestes documentos procuramos identificar a noção de desenvolvimento implícita no discurso da elite regional.

Também realizamos entrevistas com presidentes, ex-presidentes, técnicos e funcionários de associações e entidades representativas dos interesses dos ruralistas e setores afins. Entrevistamos diversos produtores rurais e empresários do ramo de fruticultura, pecuária, criação de eqüinos e caprinos, produtores de grãos e sementes de capim, proprietários de revendedoras de máquinas e implementos agrícolas, etc. Além destes, conversamos informalmente com vários técnicos e pesquisadores de instituições de apoio e pesquisa à agropecuária Norte Mineira, tais como, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE –, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais – EMATER –, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA –, Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG – e da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES – (em especial os professores do curso de agronomia).

Durante estas entrevistas, buscamos identificar e compreender os fatores que contribuem para que a elite rural norte mineira desenvolva novas estratégias de inserção na economia de mercado, baseadas, principalmente, na adoção de novas tecnologias de produção.

Além disso, através de uma revisão bibliográfica, procuramos investigar a concepção de desenvolvimento que norteou as ações da Sudene no Norte de Minas, com a intenção de obter informações sobre conjuntura em que estava inserida a elite regional do setor agropecuário, até a modificação do padrão das relações entre esses atores e as instâncias públicas de poder.

Tendo a compreensão de que as relações de um indivíduo atuam em duas dimensões, uma interpessoal (entre pessoas) e outra intergrupala (relações institucionais), neste trabalho apoiamonos na bibliografia sobre “Ação Coletiva³” para encontrar os elementos explicativos da constituição da elite rural norte mineira como grupo social, bem como das novas formas de sua atuação. Para processar esta análise, tomamos como referencial empírico o Projeto do Parque Tecnológico Regional de Montes Claros e as movimentações do grupo dominante rumo ao modelo de desenvolvimento calcado na plataforma *ciência & tecnologia*.

O trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro, foi feito um breve resgate da história regional, onde através da ênfase de pesquisa nas principais atividades produtivas, buscamos demonstrar de que forma o setor agropecuário consolidou-se como o “carro-chefe” da produção norte mineira. Ainda neste capítulo, a compreensão da chegada do processo de desenvolvimento à região – simbolizada pela inclusão do Norte de Minas na área de atuação da Sudene –, trouxe à tona o primeiro modelo hegemônico de desenvolvimento regional, que se esgotou com a extinção da autarquia.

No segundo capítulo, analisamos o discurso e a atuação estratégica da elite regional do setor de agronegócios para a consolidação da plataforma *ciência & tecnologia*, durante as negociações para construção do Parque Tecnológico Regional de Montes Claros.

³ Ao teorizar sobre “A Lógica da Ação Coletiva”, Olson (1999), observou o comportamento de indivíduos racionais que, ao formarem grupos sociais, visavam alcançar algum benefício coletivo. Para o autor, a emergência e a institucionalização de diferentes grupos de interesse está relacionada com os custos e benefícios provenientes do engajamento individual em atividades coletivas. Desta forma, o *indivíduo racional* é considerado como aquele que procura realizar seus objetivos – desde o mais egoísta até o mais altruísta – por meios “eficientes e efetivos” (Idem:77). De acordo com Zauli (2000), como representante por excelência da “abordagem econômica” do fenômeno da Ação Coletiva, Olson, rompeu com o paradigma pluralista de análise dos grupos e organizações de Arthur Bentley (1949) e David Truman (1958) que priorizavam a elaboração de uma teoria grupal da política, segundo a qual o conceito de grupo remete ao fenômeno primordial a ser considerado. Para Zauli (Idem:02-03), “Longe de qualquer influência individualista, Bentley e Truman consideram os grupos de interesse como as forças básicas atuantes em qualquer sistema político e compartilham a idéia de que a categoria interesse é sempre derivada da existência de alguma configuração grupal”; ao passo que Olson, enfocou o comportamento típico de um indivíduo utilitarista, isto é, que age segundo seu próprio interesse, buscando sempre maximizar seu benefício pessoal dentro de associações organizadas.

Finalmente, no terceiro capítulo, apresentamos alguns dados sobre o Projeto e sobre as construções iniciais do Parque Tecnológico Regional de Montes Claros, bem como, uma análise inicial dos impactos deste empreendimento para o desenvolvimento socioeconômico regional.

Nas considerações finais apresentamos das conclusões a que chegamos e algumas controvérsias que constatamos a partir da elaboração deste trabalho.

CAPÍTULO I

DA METRÓPOLE À SUDENE: O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO INDUZIDO DO NORTE DE MINAS

A Região Norte de Minas ocupa uma área de 129.000 km² – correspondentes a aproximadamente 21% da área total do Estado. Conta atualmente com uma população em torno de 1.490.344 habitantes e apresenta uma das mais baixas densidades demográficas do Estado⁴. Ao longo do tempo, os processos de conquista⁵ e ocupação do território norte mineiro, apoiaram-se sobre a agricultura de subsistência, a pecuária bovina de corte e a cultura de algodão como pilares da atividade produtiva regional. A análise desta base econômica, que também é o elemento central do vínculo entre o Norte de Minas e o Nordeste, é o nosso ponto de partida para

⁴ 11,6 hab/ km² de acordo com dados do IBGE, 2000.

⁵ Dayrell (2000) destaca que diversos grupos indígenas foram os primeiros habitantes da região. De acordo com o autor, a conquista do Norte de Minas pelo “homem branco” foi um processo extramente violento, que quando não provocou a morte de milhares de índios, determinou a subjugação de outros tantos a religiosos de diversas ordens, desrespeitando – em sua raiz – a cultura da população nativa.

tentar compreender o primeiro modelo hegemônico do desenvolvimento norte mineiro, isto é, o modelo de desenvolvimento baseado na atuação de Estado como agente indutor.

1.1. CONTEXTO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DA BASE SOCIO-ECONÔMICA NORTE MINEIRA

1.1.1. Vínculos iniciais com o Nordeste

a) A pecuária e a agricultura de subsistência

A criação de bovinos, atividade produtiva dominante na região caracterizou-se desde o início pela utilização de grandes espaços territoriais e pouca mão-de-obra. A princípio, a produção era destinada ao abastecimento das cidades litorâneas nordestinas, das populações dos engenhos e para executar o transporte da cana-de-açúcar. Dois séculos mais tarde, com a descoberta do ouro, o Norte de Minas passou a fornecer gado para a zona mineradora do Estado.

Por sua importância para o processo de conformação da sociedade regional, a pecuária mereceu uma atenção mais detida por parte de diversos estudiosos. Rodrigues (2000:114-117) aponta que o surgimento da atividade pastoril no Norte de Minas, justificou-se pela necessidade de especialização produtiva dos empresários açucareiros do Nordeste. Em sua análise, a autora corroborou a tese inicialmente apresentada por Furtado (1987), segundo a qual, a criação de gado no interior era um fenômeno econômico causado pela economia açucareira; ou seja, como a produção de açúcar constituía um mercado de dimensões relativamente grandes e com alta rentabilidade, não havia razão para que os senhores de engenho deslocassem seus fatores de produção para atividades secundárias. Assim, a pecuária chegou ao sertão, onde encontrou terras em abundância e condições climáticas extremamente favoráveis – água, pastagens naturais e terrenos salinos.

De acordo com Cardoso (2000:183), os homens que se aventuraram nesta empreitada eram homens livres, que não possuíam capital suficiente para montar um engenho e não estavam

dispostos a se submeterem à rigorosa hierarquia social açucareira. Apesar de não terem a posse da terra sobre a qual trabalhavam, na medida em que eram remunerados por seus serviços em produto (uma cabeça de gado para quatro nascidas), alguns vaqueiros⁶ chegavam a formar seus próprios currais e tornavam-se fazendeiros.

Assim, a estrutura social articulada sobre a atividade pastoril – profundamente concentradora de poder político e renda – pôde ser descrita da seguinte forma:

Os grandes fazendeiros fizeram fortuna em terras e em gado. Além disso, foram detentores de grande poder político que se exercia com base na posse ou na propriedade da terra. Essa condição lhes permitia aglutinar em torno de si, sob seu poder, moradores e agregados. (Rodrigues, 2000:116)

A partir de meados do século XVII, com aumento do interesse da Coroa Portuguesa por pedras e metais preciosos, vários bandeirantes paulistas foram enviados para o interior do Brasil com o objetivo encontrar ouro. Neste contexto, a decadência da atividade açucareira, que já sofria forte concorrência de outros países, é confirmada pelo deslocamento do foco de investimentos e esforços metropolitanos do Nordeste para a região das Minas.

Assim, o gado criado no Norte de Minas passou a constituir a principal fonte de alimentos e animais de tração para região da atividade mineradora e, além disso, a agricultura regional, até então direcionada primordialmente para a garantia da sobrevivência da população local, também foi incrementada devido ao aumento da demanda por outros gêneros alimentícios afora carne.

Da segunda metade do século XVIII em diante, o ciclo do ouro entra em colapso. Muito embora a relação comercial entre o Norte de Minas e as Minas já tivesse sido afetada por determinações anteriores da Coroa⁷, a crise do ouro refletiu diretamente sobre o sertão mineiro.

⁶ Como foram chamados os homens livres.

⁷ Desde o início do período minerador os grandes fazendeiros da região escapavam da cobrança de impostos determinada pela Corte, graças à vastidão das terras norte mineiras e à forma difusa de ocupação de seu território. Como consequência, houve uma tentativa de isolamento da região. Sobre este aspecto, Cardoso (2000:192) analisa que impediram o sucesso pleno desta tentativa (i) o fato de o comércio com as minas ser tão lucrativo à ponto dos comerciantes regionais se disporem a pagar suborno aos fiscais da Coroa e (ii) o fato de o Norte de Minas servir de entreposto comercial para as mercadorias que saíam do Nordeste em direção às Minas.

De acordo com Mata Machado (1991), dois processos são desencadeados no Norte de Minas a partir deste período (i) um processo interno de desenvolvimento socioeconômico regional – buscando-se condições autônomas para a satisfação das necessidades – e (ii) o fortalecimento das relações comerciais com o Nordeste e Goiás.

Apesar da exploração mais intensa de seus recursos naturais, não se pode afirmar que nesta época o Norte de Minas experimentou a emergência de atividades produtivas em perspectiva mercantil. O que continuava ocorrendo era o fortalecimento das atividades de sobrevivência, calcadas na agricultura e na pecuária, que mesmo com a crise da economia açucareira (em fins do século XVII) e da mineração (a partir da segunda metade do século XVIII), não foram terminantemente afetadas. Para Rodrigues (1998), contribuíram para esta situação, tanto o fato de o capital investido em animais se repor quase que de maneira automática – devido ao crescimento vegetativo do rebanho –, como a constante associação desta atividade ao desenvolvimento de uma economia de subsistência que, em momentos de crise externa, direcionava-se para a produção de alimentos destinados ao consumo local.

b) O ciclo do algodão

Em de meados do século XIX, o crescimento do plantio de algodão, estimulado principalmente pelo aumento de preço gerado pela demanda inglesa⁸, provocou o surgimento de algumas indústrias de alimentos, bebidas, couros e artefatos na região. Contudo, este lampejo de industrialização não atingiu o Norte de Minas de maneira uniforme. Passada a empolgação inicial, a cotonicultura restringiu-se a áreas localizadas.

Municípios como Montes Claros e Pirapora foram especialmente beneficiados pelas conseqüências do cultivo de algodão. O primeiro, passou por uma fase de crescimento mais

⁸ Sobre este aspecto, Furtado (1987) observou que desde fins do século XVIII, a Revolução Industrial Inglesa determinava a substituição da lã pelo algodão, uma vez que, com a mecanização da indústria têxtil a demanda por matéria prima aumentava. Assim sendo, a relativa facilidade de se ampliar a produção de algodão frente ao aumento do rebanho de ovinos e às dificuldades de se beneficiar o fio de origem animal, determinou o crescimento do plantio de algodão em países como o Brasil.

acentuado, devido à intensificação das relações comerciais, tanto com a Bahia, como com o Centro de Minas Gerais. O segundo, contou com a instalação de uma grande indústria de compra de algodão e venda de tecidos, a Companhia Cedro Cachoeira, que concorreu para que a localidade viesse a se tornar um importante centro urbano regional.

Sem interrupção, as relações comerciais entre o Norte de Minas e o Nordeste seguiam confirmando o vínculo histórico entre as duas regiões. Diversos estudiosos da formação social e econômica do território norte mineiro consideraram o aumento da integração entre as regiões devido à expansão da indústria algodoeira. Mata Machado (1991) ressaltou que o desenvolvimento deste setor produtivo – aliado ao isolamento imposto à região desde a época do império (o que protegia as empresas da concorrência de São Paulo e do Rio de Janeiro) – teve como resultado a superação de parte da atividade artesanal e a consolidação das fábricas que preparavam o algodão, fiavam, teciam e comercializavam o pano.

Todavia, apesar da contribuição para o início do processo de industrialização regional e para o desenvolvimento de novas técnicas de produção, a intensificação do plantio de algodão não provocou alterações substanciais nas relações de produção verificadas até então no Norte de Minas:

(...) a produção do algodão foi deixada aos cuidados de fazendeiro, sitiantes, meeiros e posseiros. De forma que, o vasto algodoal não se constituía numa “plantation”, mas sim, numa ampla segmentação de pequenas e isoladas culturas. Esta estrutura, no entanto, não acaba com a submissão do pequeno produtor (representado, por exemplo, pela figura do meeiro) aos latifundiários: pelo contrário, até reforça. (Cardoso, 2000:196)

Em suma, as próprias características do desenvolvimento regional, à semelhança do Nordeste, na medida em que proporcionavam a continuidade da produção/acumulação, impediam as transformações rumo a formas capitalistas mais dinâmicas. Aí estavam as bases do atraso relativo regional. (Oliveira, 2000:38)

Assim sendo, durante o período compreendido entre o início do século XVI e meados do século XIX, o Norte de Minas experimentou um conjunto de mudanças em sua estrutura produtiva que, além de fortalecerem a ligação entre a região e o Nordeste do país; consolidaram a

dependência dos pequenos produtores em relação aos grandes latifundiários e serviram para acentuar o “atraso econômico da região”, se comparada a outras áreas do país.

c) O início do processo de industrialização regional

Em fins do século XIX, a cidade de Montes Claros já se consolidara como o centro urbano e comercial regional. De acordo com alguns dos estudiosos contemporâneos do processo de desenvolvimento deste município – Botelho (1994) e Oliveira (2000) –, concorreram para esta situação: (i) uma série de fatores conjunturais e de reordenamento econômico nacional, dentre os quais ressaltamos a decadência da mineração e as alterações nos fluxos comerciais – que foram deslocados das cidades ribeirinhas do São Francisco para o sertão; (ii) fatores de cunho regional, como a abertura de estradas e caminhos de ligação entre o Norte de Minas e o Nordeste – que fizeram de Montes Claros, o centro de uma vasta rede de comércio; e (iii) a localização geográfica da cidade – distante de Belo Horizonte (e outros centros), mas central em relação aos municípios norte mineiros – o que, anos mais tarde, contribuiria para que quase todos os serviços administrativos (unidades de órgãos públicos federais e estaduais) e de comércio fossem ali instalados.

A chegada da ferrovia, em 1926, sacramentou a polarização de Montes Claros como centro coletor da produção regional e distribuidor de bens importados. O comércio transformou-se vertiginosamente:

“...Com a chegada da estrada de ferro nosso comércio se modificou sobremaneira. Desapareceram os celebres ‘cometas’, substituídos por um número vinte vezes maior de viajantes (...).

O comércio desenvolveu-se extraordinariamente em todos os setores. A importação é quase ilimitada, principalmente de Belo Horizonte, Juiz de Fora, Rio e São Paulo, por esta estrada de ferro, caminhões e aviões. Há grandes casas atacadistas, que vendem aos municípios do Norte de Minas e Sul da Bahia.” (Paula⁹, 1957:17-18 – apud Oliveira, 2000) (grifos do autor)

⁹ PAULA, Hermes de. *Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes*. 1957.

O fato de Montes Claros congregar o comércio e as vias de escoamento de regiões economicamente isoladas como a porção periférica de Minas Gerais e o Sul do Nordeste; serviu como sustentáculo para que a indústria local se desenvolvesse protegida da concorrência de produtos advindos em especial do Rio de Janeiro e de São Paulo; de maneira que, até a década de 1950, a cidade contava com diversas fábricas especializadas em processar o algodão, além de inúmeras pequenas empresas de produtos variados¹⁰.

Porém, mesmo em face a tantas modificações estruturais, a “falta de energia elétrica e a deficiência dos meios de transporte” ainda eram apontados como alguns dos principais entraves à modernização da indústria local e ao processo de desenvolvimento econômico regional¹¹. Somado a isso, o reflexo das relações não-capitalistas de produção – predominantes em toda a região – complementava o quadro do relativo atraso regional¹².

¹⁰ Estes estabelecimentos foram catalogados por Paula (1957:123-124 – apud Oliveira, 2000) da seguinte forma: 1- *Fábrica de Tecidos Santa Helena, do Dr. Simeão Ribeiro Pires*. 2- *Sociedade Algodoeira Montes Claros; pertencente a Luís de Paula Ferreira*. 3- *Usina de beneficiamento de algodão – de João Paculdino & Filhos*. 4- *Curtume e Sola – do Dr. João Ferreira Pimenta*. 5- *Indústrias Reunidas ‘Santa Maria’, de Oldemar Santos*. *Óleo Comestível de caroço de algodão*. 6- *Fábrica de bebidas Rio Verde – de Neto & Cia*. 7- *Fábrica de bebidas R.C., dos irmãos José, Artur e Antônio Ramos*. 8- *Indústria Montesclareense de Bebidas de João Batista de Paula*. Além destas contamos com as seguintes pequenas indústrias: duas fábricas de laticínios; seis colchoarias; dez padarias; treze alfaiatarias; cinco casas de moda; um estufador; quatro grandes serrarias e fábricas de móveis; mais duas fábricas de bebidas artificiais; sete oficinas para consertos de auto; doze ourivezarias, incluindo as de conserto; três moinhos para café; três oficinas de chinelos; duas cerâmicas; duas extrações de madeiras; duas fábricas de perfumes artificiais; sete tipografias; cinco oficinas de conserto de rádio; cinco fábrica de carrocerias; seis oficinas mecânicas; uma lapidação; duas ferrovias; três carros de pipocas; quatro olarias; três lenharias, etc. Nas indústrias puramente rurais contamos com 110 produtos de farinha-de-mandioca e polvilho (goma), 80 de queijos, 160 de rapadura, 73 de requeijão e 29 de creme de leite.

¹¹ Sobre estes dois aspectos é necessário ressaltar que autores como Vianna (1916) e Paula (1957) consideraram que o sertão não se industrializou devido à falta de energia elétrica e à deficiência dos meios de transporte. Cardoso (2000:34) observou que somente em 1965 o problema da energia foi sanado através da interligação de Montes Claros ao sistema de abastecimento da usina de Três Marias e, em relação aos meios de transporte, embora a ferrovia estivesse em funcionamento desde 1926, a pavimentação asfáltica entre Montes Claros e Belo Horizonte somente ocorreu 1972.

¹² Neste mesmo sentido, Oliveira (1977), já havia argumentado que a desigualdade do desenvolvimento entre o Nordeste (onde estava inserido o Norte de Minas) e o Centro-Sul do país, estava relacionada às regras do processo de acumulação de capital no país. Ou seja, enquanto em algumas partes as relações de trabalho e o sistema de produção e acumulação capitalista se desenvolviam e eram acompanhados pelo crescimento do mercado interno; em outras, continuava a prevalecer a lógica não-capitalista de produção – o que impedia os ciclos de avanço do capital e, conseqüentemente, a sua reprodução.

Neste contexto, é consolidada a posição de inferioridade econômica da região Norte de Minas. De acordo com Oliveira (2000:37), nem mesmo a adequada representação política do Norte de Minas em âmbito estadual e federal, impediu a desvantagem da região em relação a outras áreas do país.

Os acontecimentos que sucederam este período culminaram na criação de um órgão governamental, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE –, cujo principal objetivo era promover ações que viabilizassem o desenvolvimento Nordestino (região à qual o Norte de Minas estava vinculado historicamente), combatendo a desigualdade socioeconômica entre esta região e Centro-Sul do país.

1.2. O DESENVOLVIMENTO “CHEGA” AO NORTE DE MINAS

1.2.1. O processo de criação da Sudene

Criada no final dos anos 1950, a Sudene, segundo seus defensores, congregou os esforços do governo federal na tentativa de promover o desenvolvimento do Nordeste¹³. Naquela época, a economia nordestina passava por um período de pronunciada recessão. As poucas indústrias existentes fechavam as portas. A agricultura encontrava-se em estado estacionário, a dependência comercial do Centro-Sul do país era cada vez maior. Combinada com essa situação, a seca passou a ser apontada – por diversos especialistas – como a principal causadora do fracasso econômico regional.

¹³ Conforme Oliveira (1977:101), a Sudene, criada em 15 de dezembro de 1959 (Lei 3.692, regulamentada pelo Decreto nº 47.890/60) teve seu espaço de atuação definido como o Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia) e a Área Mineira do Polígono das Secas – AMPS –.

Todavia, o economista Celso Furtado, então diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE¹⁴ –, apresentava uma hipótese diferente para explicar o subdesenvolvimento nordestino. Segundo ele, o atraso da região em relação ao Centro-Sul derivava muito mais de problemas sociais, que da ausência de chuvas.

Após expor seu ponto de vista numa reunião com lideranças políticas em Petrópolis, Furtado foi convidado pelo presidente Juscelino Kubitschek a assumir a direção do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN –, cujo principal propósito era conduzir ações de combate à inferioridade econômica e social da Região Nordeste, até que se criasse uma instituição que diligenciasse definitivamente as proposições do Grupo¹⁵.

Simultaneamente ao GTDN, foi criado o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste – CODENO –, que contou com a participação dos representantes de cada Estado nordestino e funcionou como foro de discussão das reclamações e reivindicações apresentadas pelos governadores. Rodrigues (1998:17) considerou que a criação do CODENO foi a oportunidade para Kubitschek *“assumir uma posição clara com respeito ao Nordeste como ‘região-problema’¹⁶”*.

À frente do GTDN, Celso Furtado ordenou e coordenou uma série de estudos sobre o Nordeste. O objetivo era conhecer, ao máximo, os problemas da região e propor um plano

¹⁴ Em 1958, depois de renunciar ao seu cargo na Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – CEPAL –, Celso Furtado assumiu uma das diretorias do BNDE.

¹⁵ Em 1958, o Nordeste enfrentou uma das maiores secas de toda a sua história, o que agravou a crise econômica regional e provocou a migração de milhares de retirantes para as cidades do Sudeste. Esta situação colocou em xeque a política de isolamento da região e contribuiu para a tomada de consciência e a decisão do Estado de enfrentar o problema da inferioridade econômica e social da região.

¹⁶ Vieira (2004) registrou que, além dos problemas advindos com a seca, o Nordeste brasileiro foi foco de denúncias sobre mal uso de verbas públicas e falsificação de folhas de pagamento. Além disso, foi o berço das *Ligas Camponesas* – movimento de mobilização popular e forte oposição política ao Estado.

de ações para solucioná-los. Seu diagnóstico da situação nordestina partiu da análise do modelo agroexportador brasileiro¹⁷.

Durante o tempo em que se dedicou a este estudo, Furtado teve pela primeira vez a oportunidade de analisar e atuar sobre a realidade socioeconômica brasileira. Conforme seu diagnóstico, a região Nordeste era dividida entre a porção litorânea – zona exportadora, responsável pela produção açucareira – e o interior (sertão) – local onde os colonizadores desenvolveram a pecuária extensiva, cujo objetivo principal era abastecer o pólo exportador com carne e animais de tração. Desta forma, para este autor, a relação entre o litoral e o interior nordestino foi erigida sobre os moldes da dependência; ou seja, na medida em que crescia a demanda pelo produto exportado, expandia-se a demanda por produtos provenientes da periferia. (Furtado, 1988).

Além da pecuária extensiva, a agricultura de subsistência era outra atividade praticada no semi-árido nordestino. Apesar da vastidão de terras, a estrutura fundiária era essencialmente concentradora. Os grandes proprietários dominavam a cena política e detinham o controle econômico da produção. Eles se aproveitavam da dispersão espacial da população e das condições de extrema pobreza em que sobrevivia aquele povo, para manterem dependentes os pequenos agricultores do sertão. Desta forma, conforme observou

O desenvolvimento da agricultura no Nordeste não contou com o desenvolvimento das forças produtivas, das técnicas agrícolas. Cada minifundiário era um meeiro da produção de algodão e um produtor autônomo dos meios de subsistência, sem capacidade de acumulação e sem investimentos no desenvolvimento de suas habilidades. Isso contribuiu para a passividade da população, e para a falta de organização política. Para implantar o imobilismo social de um lado; e o autoritarismo da classe dirigente de outro. Rodrigues (1998:18)

¹⁷ Diversos documentos foram produzidos por Celso Furtado quando à frente do GTDN. Embora não tenhamos tido acesso direto a estas fontes, autores aqui citados como Oliveira (1977), Rodrigues; Cardoso e Oliveira (1998, 2000, 2000) usaram-nas como referências em seus trabalhos. Além disso, com a publicação da obra “A Fantasia Desfeita” (1988), Celso Furtado trouxe a público um panorama geral de seus trabalhos e considerações sobre a Sudene.

Ao final do diagnóstico da situação socioeconômica nordestina, Furtado¹⁸ concluiu que a maior parte das divisas obtidas pela região era empregada em compras no Centro-Sul do país. Além disso, constatou que o esquema de produção articulado pela junção entre a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência, funcionava como uma estratégia para impedir o excesso de população, e que os habitantes do nordeste sobreviviam graças à assistência proporcionada, de tempos em tempos, pelo Governo Federal. O que ocorria na região era o fortalecimento da oligarquia regional que, habituada a viver sobre a proteção do Estado, subjugava a população pobre e contribuía para a confirmação do Nordeste como *“região problema”*:

Viajando pelo semi-árido durante a seca de 1958, concentrei minhas observações no quadro social. As condições de vida da população trabalhadora rural eram calamitosas, contudo a classe de proprietários de terras não parecia sobremodo afetada. (Furtado, 1988:39)

O parecer de que o subdesenvolvimento nordestino era muito mais uma questão de raízes sociais, que um problema climatológico, implicou a necessidade de deslocamento do foco das políticas federais, que até então estavam concentradas no “discurso da seca” como viés de atuação. Segundo Furtado, a estrutura fundiária, a organização econômica e, principalmente, a formação histórico-política conformavam as causas do atraso regional. O plano de ação proposto para a região foi balizado pela premissa de que o Estado deveria criar condições para que as disparidades sociais fossem eliminadas. Levando-se em conta a especificidade ecológica nordestina, era necessário propiciar condições para que a população convivesse com os longos períodos de estiagem. (Furtado, 1988:44)

¹⁸ GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. *Uma Política de Desenvolvimento Econômico Para o Nordeste*. Recife: Departamento Nacional de Imprensa, 1967. Apud Cardoso, 2000.

Assim sendo, a política de industrialização primária do Nordeste, baseada na concepção de que o governo federal, através de incentivos fiscais oferecidos a investidores particulares poderia promover o desenvolvimento da região, objetivava a ampliação da produção de gêneros alimentícios e a criação do parque industrial regional. Esperava-se que a introdução de empresários, com “espírito empreendedor”, fosse capaz de neutralizar a atuação da oligarquia e dinamizar a economia regional. Para tanto, quatro diretrizes básicas estruturavam o plano de ação do GTDN:

(a) intensificação dos investimentos industriais, visando a criar no Nordeste um centro autônomo de produção manufatureira; (b) transformação da economia agrícola da faixa úmida (litoral), com vistas a proporcionar oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, tornando viável a industrialização destes; (c) transformação progressiva da economia das áreas semi-áridas para elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto da seca; e (d) deslocamento da fronteira agrícola, objetivando incorporar à economia da região as terras úmidas do Maranhão. (Rodrigues, 1998:19)

Esta postura intervencionista do Estado era justificada pela proposição de que a modernização de regiões econômica e socialmente “atrasadas” se daria através da integração com áreas mais dinâmicas do país. Assim, os instrumentos de ação da Sudene, por lei, deveriam ser consolidados em Planos Diretores, que submetiam todos os planos de ação de todos os órgãos federais atuantes na área¹⁹.

A Sudene passou a ser responsável não apenas pela elaboração de planos emergenciais de combate aos efeitos da seca, mas também, pela implementação de ações que levassem à

¹⁹ Embora o problema do atraso socioeconômico da região Nordeste já houvesse provocado interferências governamentais como a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas – IFOCS – (1909), que mais tarde seria transformada em Departamento Nacional de Obras contra as Secas – DNOCS – (1945); a criação do Polígono das Secas (em 1936); a criação da Comissão do Vale do São Francisco – CVSF – e da Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF – (em 1948) –; autores como Cohn (1978) observaram que, somente com a criação da Sudene, é possível considerar que o Governo Federal implementou uma “política de desenvolvimento regional”, sustentada pela percepção de que a problemática nordestina envolvia, além da questão climática, elementos amplamente relacionados com as questões sociais.

superação do atraso da estrutura produtiva na área de sua abrangência²⁰. Neste contexto, sobrevém um novo “modelo de desenvolvimento” tanto para a região Nordeste como para a Área Mineira do Polígono das Secas.

1.2.2. A concepção de desenvolvimento que norteou as ações da Sudene

O cerne da discussão sobre políticas elaboradas para promover a modernização de regiões economicamente atrasadas está relacionado às teorias que tratam do processo de desenvolvimento desigual do sistema capitalista. Para o caso da região Nordeste, interessa-nos em particular o modelo que explica os desníveis econômicos a partir da relação centro-periferia e a teoria do desenvolvimento desigual e combinado²¹.

²⁰ Importante ressaltar que, embora o Norte de Minas estivesse integrado à autarquia desde sua criação, ocorreram diversas alterações na legislação até que a região fosse reconhecida oficialmente em 1963: “a SUDENE, através da Lei 4.239/63 (art.39), passou a considerar, também como Nordeste, a Área Mineira do Polígono das Secas. Aparentemente sem importância, isso poderia gerar controvérsias, haja vista que a legislação de 1959 (Lei 3692 e Lei 3995), quando trata dos recursos a serem aplicados e isenção fiscal, por vezes se refere à área de atuação da SUDENE e, em outras, à região Nordeste (SUDENE), da qual o Norte de Minas só veio a integrar oficialmente em 1963. Posteriormente, a Área Mineira da SUDENE (ou APMS) sofreu modificações. A portaria da SUDENE 116/69 oficializou como pertencentes à AMS/AMPS os novos municípios criados (por desmembramento) após a lei de 1951 bem como expressamente declarou que as áreas à margem esquerda do São Francisco, dos municípios de São Francisco, Manga e Januária, não pertenciam ao Polígono e, portanto, à região da SUDENE. Depois, em 1976, estas áreas seriam incorporadas (Oliveira, 2000:46). Tomando como referência a estrutura atual do Norte de Minas, a partir de 1996, dos 89 municípios que a compõe, 86 estão inseridos na Área Mineira da Sudene, sendo que apenas Santa Fé, São Romão e Riachinho ficaram de fora.

²¹ A formulação original acerca do “desenvolvimento desigual e combinado” como lógica imanente ao sistema capitalista de produção coube a Leon Trotsky. Segundo seu raciocínio, a reprodução do capital (condicionada pelo ritmo do *processus* histórico) ocorre de maneira diferenciada nos diversos países. Assim sendo, em consequência de novas necessidades materiais, surgem contingências que incitam as nações atrasadas a avançarem em saltos, de maneira que a aproximação entre estas nações atrasadas e as ditas “desenvolvidas” resulta da combinação entre as etapas diferenciadas: “O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do *processus* histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado. [...] A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha. [...] A lei do desenvolvimento combinado, própria dos países atrasados – no sentido de uma combinação original dos elementos retardatários

Dulci (1999:18) notou que *o desequilíbrio entre regiões emerge como questão quando uma economia nacional transita para a fase industrial*. Analisando o modelo de centro-periferia, este autor observou que quando uma região desponta como centro econômico, a periferia terá seu espaço reduzido a um papel secundário. Desta forma, ocorrerá um problema político tão mais grave, quanto a estrutura dual (centro x periferia) apresentar desequilíbrios mais acentuados.

No Brasil, a questão do desequilíbrio regional começou a assumir centralidade a partir de meados do século XX, quando o processo de transição de uma economia agro-exportadora (concentrada principalmente na região Nordeste), para uma situação em que a indústria e o mercado interno passaram a dominar a atenção e os esforços do governo central; determinou que o Centro-Sul do país assumisse o papel principal na cena política nacional.

Neste contexto, São Paulo despontou como centro hegemônico do capital nacional e as diferenças regionais entre a produtividade do Centro-Sul e do Nordeste ganharam relevo. Vieram à tona então, as discussões sobre o papel do Estado como agente indutor do desenvolvimento.

Para Celso Furtado, a desigualdade do ritmo de crescimento econômico nordestino em relação às áreas mais industrializadas, poderia ser explicada, em larga escala, pela “*política de desenvolvimento*” praticada no país²². Isto é, os mesmos mecanismos cambiais e os subsídios que

com os fatores mais modernos – formula-se-nos em sua expressão mais perfeita, dando-nos, ao mesmo tempo, a chave do enigma da Revolução Russa. Trotsky,1978:25, 62.

²² A forma de intervenção do Estado na economia – adotada principalmente a partir do fim da II Guerra Mundial –, ficou conhecida em várias partes do mundo como “modelo keynesiano”. A partir da publicação do livro clássico *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, em 1936, o economista inglês John Maynard Keynes, provocou uma revolução sobre a concepção do papel do Estado no capitalismo monopolista. Contrariando frontalmente a Teoria Econômica Clássica vigente na época – cujos defensores pregavam a não intervenção do Estado na economia, ou seja, um liberalismo que promoveria o equilíbrio entre as forças de mercado –, Keynes, argumentou que uma economia em depressão poderia permanecer assim indefinidamente e que, nenhum mecanismo inerente ao sistema econômico poderia modificar esta situação automaticamente. Elaborada durante o período da Grande Depressão, sua Teoria Geral, constituiu a defesa do papel do Estado como um agente interventor, responsável por planejar e implementar políticas anticíclicas – com permissão de déficits para financiar obras públicas produtivas durante as depressões – que deveriam ser saldadas nos períodos de expansão econômica. As idéias keynesianas também influenciaram diversos teóricos dos países subdesenvolvidos a pensarem estratégias de intervenção que possibilitassem o aumento do crescimento econômico nacional e a melhoria da condição de vida dos cidadãos dentro

favoreciam as indústrias do Centro-Sul, determinavam que as demais regiões ocupassem um lugar de “atraso” no cenário econômico nacional²³. Assim, à medida que a política econômica de substituição de importações subsidiava a indústria, aumentava o prejuízo do setor agro-exportador:

“a procura de equipamentos e produtos semi-elaborados, que as indústrias requerem – em grande parte artigos não produzidos no país – cresceu com intensidade muito maior no Centro-Sul. Os efeitos dessa procura mais intensa de divisas no Centro-Sul foram agravados pela política de controle das importações, que em razão de seu caráter seletivo favorecia as importações sem equivalente nacional, muito menos freqüentes na folha de compras do Nordeste que na do Centro-Sul. É este um caso típico de medidas que, embora orientadas no louvável sentido de fomentar a industrialização do País, redundaram em prejuízo direto da região menos desenvolvida” (Furtado,1987:397).

Esta política protecionista do Estado brasileiro, embora tivesse por objetivo garantir a industrialização do país, era responsável pela transferência de volumes significativos da renda nordestina para o Centro-Sul. Tal situação, além de contribuir para a consolidação do atraso na região periférica, determinava o constante aumento da desigualdade em relação ao centro:

“o Nordeste, fornecendo divisas ao Centro-Sul, tem contribuído para o desenvolvimento desta última região com o fator nela mais escasso: capacidade de importação. Pagando com divisas parte substancial do que adquire no Centro-Sul, o Nordeste vem contribuindo para dar maior flexibilidade à oferta nessa região. [Uma] Segunda conclusão é que o Nordeste constitui um mercado de maiores proporções para o Centro-Sul, que a inversa; em outras palavras, o Centro Sul vende no Nordeste quantidade substancialmente maior de mercadorias do que compra. De resto, como as exportações do Centro-Sul para o Nordeste se compõem principalmente de manufaturas, pesando nas

do sistema capitalista. Uma discussão mais aprofundada deste modelo será realizada no próximo capítulo, onde revisaremos algumas teorias e estratégias adotadas, ao longo do tempo, para a promoção de desenvolvimento.

²³ A visão do Nordeste como região do “atraso” foi definida por Vieira (2004:24) da seguinte forma: *Nas análises da problemática regional nordestina, perde terreno o determinismo climático e racial e a sociologia culturalista passa a conviver com interpretações oriundas de um novo campo intelectual, a economia. A região começa a ser tratada como um espaço homogeneizado de atraso econômico e de anacronismo político-social, em nítido contraste com a modernidade capitalista do Centro-Sul. Nos termos consagrados pelas teses cepalinas, nos “dois Brasis”, o pólo atrasado, a pedir reformas urgentes, é sempre o Nordeste. A região passa a ser vista como o grande problema nacional: um dos graves obstáculos à plena construção de um “Brasil Moderno”, entendendo-se como tal o país desenvolvido e industrializado.*

exportações nordestinas muito mais as matérias-primas, cabe concluir que a discrepância a favor do Centro-Sul ainda é maior se se mede o intercâmbio em termos da massa de emprego criada nas duas regiões”.(Ibid.:397)

Além desta modalidade de transferência de renda, Celso Furtado (1987) notou que a falta de oportunidades de investimentos lucrativos determinava que, em momentos de prosperidade econômica, o setor privado nordestino tendia aplicar seus rendimentos fora da região²⁴. Diante deste quadro, o desafio encarado era o de reverter a “dinâmica do colonialismo interno”.

Seguindo a orientação teórica do modelo centro-perifera – que possibilitava a leitura das relações entre o Centro-Sul e o Nordeste em termos da dualidade “pólo industrializado x região do atraso” – e com a concepção de que o progresso e o desenvolvimento da região periférica somente seriam alcançados através de uma política de diversificação da economia interna; Furtado propôs a industrialização induzida pelo Estado como estratégia para aplacar o atraso nordestino:

“Nas regiões urbanas do Nordeste há, hoje em dia, uma massa de desemprego disfarçado que não será inferior a meio milhão de pessoas em idade de trabalhar. Esse exército de subempregados vem crescendo com intensidade igual ou maior que a do total da população urbana. A política industrial visa o triplice objetivo de dar emprego a essa massa flutuante, criar uma classe dirigente nova, imbuída do espírito de desenvolvimento, e fixar na região os capitais formados em outras atividades econômicas, que atualmente tendem a emigrar.” (Furtado,1987:389)

Em resumo, Celso Furtado considerava que o processo de industrialização planejado e induzido pelo Estado, lançaria as bases do desenvolvimento endógeno regional: geraria diversificação produtiva, absorção de mão-de-obra, crescimento do mercado interno, além de criar um empresariado capitalista dinâmico. Seu projeto de desenvolvimento para o Nordeste pressupunha o rompimento das relações de subordinação e dependência da região com o Centro-

²⁴ Conforme Furtado (1987), muito embora o dinheiro público compensasse esta emigração de capitais privados – pois na época das secas o recurso governamental socorria os produtores nordestinos –, a capacidade produtiva e a geração de empregos fixos não melhoravam. As obras assistencialistas praticadas pelo governo eram incapazes de preparar a região nordestina tanto para resistir aos longos períodos de estiagem, como para deixar de ser apontada como “região do atraso”, “região problema” ou “a região mais subdesenvolvida do Brasil”.

Sul, através de uma política de substituição regional de importações, ou seja, pela criação de um “centro autônomo de expansão manufatureira”.

Contudo, Vieira (2004), observou que as concepções teóricas que conformavam a análise de Celso Furtado faziam-no explicar as disparidades regionais sob a forma de uma dualidade estrutural interna e, nestes termos, postular formas de desenvolvimento capitalista regionalizadas – apesar de ser a questão nacional o ponto de referência. Para a autora, esta é uma contradição fundamental nas proposições de Furtado. Mesmo mobilizado em torno de um projeto nacional – preocupado com as ameaças que os desequilíbrios regionais representavam à unidade da nação –, ao tratar da questão nordestina, acabava projetando um desenvolvimento econômico regionalizado, estruturado em termos de um núcleo manufatureiro autônomo.

Também Oliveira (1977:23) manifestou duras críticas ao modelo de desenvolvimento elaborado por Furtado para a região nordestina. A partir de uma leitura do “atraso regional” como consequência das contradições advindas do processo de expansão e reprodução do capital no território brasileiro, e em contradição ao movimento espontâneo do capitalismo desigual e combinado; o autor alegou que a emergência de “*um padrão planejado*” de orientação das atividades econômicas, não passava de “*uma forma transformada do conflito social*”.

O planejamento emerge aqui como uma “forma” da intervenção do Estado sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e regional, e que *tomam a aparência dos conflitos inter-regionais*; o planejamento não é, portanto, a presença de um Estado mediador, mas ao contrário, a presença de um Estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas da reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização, ou conforme é comumente descrito na literatura sobre planejamento regional, no rumo da “*integração nacional*”. Nem ainda o planejamento é uma forma “neutra” dessa presença: ao contrário, ele é no mais das vezes uma forma transformada da própria luta de classes, tanto ao nível das contradições na reprodução global do capital quanto ao nível das contradições entre as formas diferenciadas, “regionais”, daquela reprodução e as mesmas formas das relações de produção. (idem:29-30)

De fato, Oliveira criticava desde a raiz, tanto a noção de que o sistema capitalista caminhava em direção a uma situação de homegeinização – em que as desigualdades entre os espaços socioeconômicos tenderiam a desaparecer, sendo gradativamente superadas graças à predominância de formas específicas do capital (como a industrialização) –; como as teses dualistas de Celso Furtado, que observava o subdesenvolvimento nordestino em termos de um “desequilíbrio regional”, passível de superação através da intervenção planificadora do Estado.

Para Oliveira (1977), a Sudene representava muito mais uma estratégia de dominação hegemônica da burguesia do Centro-Sul sobre a oligarquia nordestina, que a disposição estatal para promover o desenvolvimento regional²⁵:

A SUDENE será um mecanismo de destruição acelerada da própria economia “regional” nordestina, no contexto de integração nacional mais amplo; certamente tal integração processar-se-ia em termos menos acelerados, podendo mesmo, no limite, o Nordeste permanecer ainda por largos anos como uma “Irlanda” no Brasil. Precisamente por ser um mecanismo de aceleração da integração é que a intervenção do Estado é “planejada”, pois trata-se de deslocar os esquemas de reprodução próprios da economia do Nordeste por outros que têm sua matriz noutro contexto de acumulação: o planejamento é, pois, essa passagem da mais-valia captada pelo Estado como imposto, e sua conversão em capital entregue à grande burguesia do Centro-Sul. (Oliveira, 1977:99)

1.2.3. Breve balanço da atuação da Sudene na região Norte de Minas

²⁵ A análise realizada por Francisco de Oliveira sobre a Sudene fundamentou-se em um estudo brilhante sobre a expansão do capital monopolista no Brasil. Partindo do referencial teórico marxista, o autor observou a intervenção planificadora do Estado não como um “modelo de desenvolvimento” para o Nordeste, e sim, como componente de um movimento maior da dominação do capital internacional sobre o país. Segundo ele, a compreensão do que significou a Sudene passava necessariamente pela compreensão (i) das condições de surgimento e transformação da oligarquia agrária nordestina (ii) do movimento de dominação hegemônica da burguesia do Centro-Sul sobre as demais áreas de país e (iii) do processo de re-definição do caráter do Estado e de suas relações com as classes sociais dominantes e dominadas.

Há um consenso entre os pesquisadores que a inserção do Norte de Minas na área de atuação da Sudene é um divisor de águas na história regional. Os estudos mais recentes, como os de Oliveira et al. (2000), indicam que a autarquia provocou um salto no desenvolvimento socioeconômico regional. Para tanto, as estratégias utilizadas como forma de atração do capital externo concentraram-se basicamente em três aspectos: (i) erguer uma infra-estrutura que atraísse investimentos de empresários de outras regiões (Centro-Sul de Minas Gerais e demais regiões do país)²⁶, (ii) oferecer isenção de impostos e (iii) subsidiar projetos particulares que fomentassem a dinamização industrial da área de sua abrangência.

Dulci (1999) ao realizar um estudo de caso sobre o processo de modernização do estado de Minas Gerais, refutou a hipótese de que – tomando-se São Paulo como referencial –, a dinâmica da modernização brasileira seguiu um curso relativamente homogêneo, do centro econômico para a periferia. Segundo o autor, embora não se possa desconsiderar a importância do padrão evolutivo paulista – ditado pela política de substituição de importações, em direção à industrialização nacional – é um erro considerar que a modernização das demais regiões brasileiras tenha consistido em “*um desdobramento do modelo paulista*”²⁷.

O principal argumento de Dulci (1999:34) é a tese de que Minas Gerais apresenta-se como *uma experiência de modernização recuperadora por iniciativa interna*. Ou seja, a partir de possibilidades econômicas que tornavam plausível a meta de erguer uma estrutura

²⁶ De acordo com Rodrigues (2000:232), a abertura de estradas e campos de pouso, criação de centrais de comunicação, obras nos setores de saúde e educação, energia elétrica, saneamento básico, dentre outras, integraram as ações de criação da infra-estrutura física e econômica, e da rede de serviços sociais criados no Norte de Minas pela Sudene.

²⁷ Dulci (1999:32) caracterizou o *modelo paulista* como uma referência singular para a análise da industrialização brasileira. Segundo o autor, *longe de se constituir em paradigma*, o modelo de desenvolvimento paulista, calcado em fatores específicos de mercado – como disponibilidade de capitais e mão de obra – determinou que o parque industrial originalmente implantado, pudesse evoluir e se diversificar de maneira consistente. Desta forma, não se deve generalizar para todo o país a ‘via de industrialização’ paulista: “*Sem nos aprofundarmos nas causas da expansão econômica de São Paulo, basta indicar apenas que as outras regiões não dispuseram das vantagens equivalentes às que o complexo cafeeiro proporcionou aos paulistas desde fins do século XIX.*”

produtiva moderna, a atuação política coesa entre as elites e grupos de interesse específicos, junto ao Estado (em seus diversos níveis), conformou uma estratégia e um impulso em direção ao projeto de desenvolvimento mineiro.

Embora o modelo de análise proposto por Dulci não possa ser replicado na íntegra para o Norte de Minas, o caso em questão corrobora a hipótese inicial do autor em dois momentos diferentes: (i) na medida em que se configura, em um primeiro momento, como uma experiência de desenvolvimento diferente do restante do estado de Minas Gerais – uma vez que se integra ao Nordeste no tocante às políticas de desenvolvimento implantadas pelo Estado; e (ii) em relação à atuação das elites e de grupos específicos sobre questões relativas a interesses comuns²⁸.

Assim sendo, em relação ao ponto (i), no Norte de Minas, o impulso modernizador da economia regional não partiu da movimentação interna das elites regionais. Partiu antes, da influência externa, através da atuação da Sudene. Somente com os incentivos e subsídios oferecidos pela autarquia para a industrialização regional é que o Norte de Minas passou a constituir e integrar o plano de desenvolvimento dos grupos dominantes – fossem eles da região ou do restante do Estado.

Contudo, apesar da aceleração do processo de desenvolvimento da região como um todo, simultaneamente, crescia a concentração espacial e setorial do avanço econômico, que, ao beneficiar determinadas setores e grupos sociais específicos, relegava os demais a uma situação de inferioridade.

²⁸ Dulci (1999) considerou que a persistência do atraso relativo do Estado de Minas Gerais, sobretudo em relação a São Paulo, desencadeou uma “marcha forçada”, um esforço de aplicação de recursos políticos como meio de reduzir a distância entre Minas e a região mais desenvolvida do país. Neste movimento, a alternativa adotada para impulsionar o crescimento da economia mineira – a especialização produtiva – determinou que a elite regional se organizasse politicamente de modo a criar condições para que as áreas comparativamente mais vantajosas sustentassem o processo de modernização regional. Este aspecto será retomado no capítulo II.

Assim, o processo de crescimento econômico regional já nasceu dependente do financiamento estatal que privilegiava as áreas onde já existiam pré-condições de se consolidar o capitalismo industrial. Tal situação torna então compreensível o fato de as cidades mais bem-estruturadas do Norte de Minas, como Pirapora e Montes Claros, receberem um maior nível de investimento:

A evidência de Montes Claros, no que se refere aos empreendimentos industriais, fica clara ao se observar a distribuição dos empreendimentos industriais na Região norte-mineira. Esta concentração de estabelecimentos industriais em Montes Claros, na concepção do documento da SUDEMINAS (1967:84)²⁹ teve alguma relação com o fato de ter despontado primeiramente nesta localidade “(...) um pequeno núcleo empresarial mais dinâmico e com possibilidade de responder aos novos estímulos da política de desenvolvimento”. (Cardoso, 2000:252)

Outro reflexo da política de expansão industrial estimulada pela Sudene foi o desencadeamento de um processo de transição e transformação da ordem social e econômica norte mineira. Ao mesmo tempo em que a modernização industrial possibilitou a reafirmação de algumas características culturais e econômicas, provocou o rompimento de outras. Assim, embora introduzissem inovações importantes para o aumento da produtividade regional e para a definitiva inserção da região nos padrões capitalistas de produção; as ações executadas pela autarquia propiciaram a reprodução do sistema social excludente e da divisão concentradora de renda e terra, que já eram verificadas desde a época do Brasil colônia.

Neste contexto as políticas desenvolvidas pelo Estado também incidiram sobre as lideranças e forças regionais. A nova elite, forjada no bojo do conflito entre “tradição e modernidade³⁰”, contribuiu para a alteração da estrutura produtiva regional, na medida

²⁹ SUDEMINAS. *A Zona Mineira do Polígono das Secas e o Nordeste Brasileiro*. Belo Horizonte: Conselho Estadual do Desenvolvimento, Out./1967.

³⁰ Utilizamos o conceito “nova elite” para tratar do grupo conformado pelo arranjo entre a elite tradicional e a elite moderna do Norte de Minas. Nosso entendimento sobre *elite tradicional* é o mesmo de Dulci (1999:115),

em que priorizou “ações de vanguarda” no setor pecuário³¹ e agrícola³², além de abrir indústrias de carvoejamento e reflorestamento.

O fato é que, este “modelo de desenvolvimento pautado pela ação do Estado como agente indutor”, provocou uma aproximação entre o grupo dominante e as mais diversas esferas de poder estatal. Assim, durante os 42 anos de funcionamento da Sudene na região, a elite rural do Norte de Minas esteve no centro das ações implementadas rumo ao “desenvolvimento regional”.

Em nosso entendimento, a consequência mais relevante desta situação foi o soerguimento de uma via de “*modernização conservadora*”³³ que, ao propiciar a compatibilização entre os interesses das elites urbano-industriais e rurais, levou as estratégias de promoção de desenvolvimento regional a configurarem um processo de

isto é, aquela formada pela interligação entre a oligarquia rural e a classe política. Um aspecto importante em relação à *elite tradicional* é que, mesmo na transição de uma sociedade predominantemente rural para uma situação de modernização social, não há o deslocamento de poder deste grupo. Em relação à *elite moderna*, também tomamos o mesmo autor como referência. Para Dulci (1999:149) a *elite moderna* é o grupo formado pelos técnicos e empresários (no caso do Norte de Minas, técnicos e empresários do setor rural). Embora a discussão mais específica sobre o papel das elites no processo de desenvolvimento socioeconômico regional esteja concentrada no próximo capítulo; vale ressaltar que, com o advento da Sudene, inicia-se um movimento em que a *elite tradicional* e a *elite moderna* conformam um grupo dominante que, ao longo do tempo, vai se organizando de maneira autônoma para influir sobre as instâncias públicas e a sociedade em geral, com o objetivo de alcançar seus próprios interesses. Daí, a justificativa para se afirmar que a *nova elite* foi conformada no bojo do conflito entre a tradição e a modernidade, ou seja, na passagem de uma sociedade predominantemente agrária para um tipo de organização industrial.

³¹ Por exemplo: seleção genética do gado, apuração da raça, estação de monta, melhoria da alimentação, etc.

³² Na agricultura, as ações consideradas de “vanguarda” podem ser exemplificadas pelo investimento intensivo em grandes projetos, como o Jaíba – baseado em avanços tecnológicos com o uso de fertilizantes, tratores e implementos de irrigação; diferente da prática agrícola dominante na região, a agricultura familiar, baseada no cultivo da terra pelas mãos dos pequenos proprietários e regulada pelo regime de chuvas.

³³ Foi Barrington Moore (1983), o autor que melhor trabalhou esta via. Designando-a por “Revolução Pelo Alto”, Moore, observou que no caso do Japão e da Alemanha, a experiência de transição para a era capitalista industrial ocorreu sem a realização de uma revolução burguesa, sem um movimento revolucionário popular. Desta forma, não houve rupturas definitivas com as estruturas tradicionais de poder; ao contrário, os elementos-chaves da ordem antiga foram incorporados pelos novos governantes, que agiam de acordo com seus interesses particulares.

“negociação de interesses do grupo dominante”, em detrimento do restante da população norte mineira.

A crítica que se faz à Sudene é que a contribuição poderia ter sido muito maior, mesmo nos incentivos à industrialização. No entanto, o problema principal está na destinação das verbas que foram classificadas como de *alocação por critérios políticos* (...)

Quanto aos problemas existentes na SUDENE, frutos da política de desenvolvimento concentradora (da qual a Autarquia é vítima e arquiteta), também existem na Região Mineira do Nordeste. Mas a SUDENE já os conhece. Chegou, em alguns textos, a falar em exclusão social da maioria da população dos frutos do desenvolvimento. Concordamos com ela. Há que se mudar o modelo de desenvolvimento nacional. Também reconhecemos que a própria SUDENE pode recomendar esta mudança. (Oliveira, 2000: 98).

À vista disso, a partir dos anos 1980, percebe-se um declínio do modelo de desenvolvimento sustentado exclusivamente pela capacidade do Estado de promover o crescimento econômico. O que ocorre na realidade é a desconstrução da ordem estatal vigente e de seus vínculos com a sociedade, que passam a ser gradativamente substituídos por formas neoliberais de acesso às políticas governamentais. De acordo com Diniz e Boschi (2004), em face da modificação do ambiente geral que presidia as relações entre o público e o privado, ocorreram alterações significativas nos focos de ação dos grupos organizados perante o Estado, com mudanças também no papel relativo das diferentes instâncias de poder entre si:

Na passagem de um modelo de desenvolvimento calcado no forte intervencionismo estatal voltado à proteção dos interesses do capitalismo doméstico para um outro fundado no predomínio de um mercado aberto, na transferência do patrimônio público para grupos privados e na atração de capitais especulativos, observa-se a redefinição do papel estratégico do Estado conducente ao desmantelamento das arenas institucionais anteriormente existentes, bem como a redefinição de novos recortes impressos pela atuação dos grupos organizados diante do Estado. (Diniz e Boschi, 2004:148)

Embora a falência do modelo de desenvolvimento induzido pelo Estado não tenha se concretizado na íntegra, as modificações do padrão das relações entre a esfera pública e a esfera privada atingiram o Norte de Minas em âmbito político, social e econômico. Assim, quando a Sudene foi extinta em 2001, a nova elite já se agrupava em torno do interesse de promover seu projeto próprio para o desenvolvimento regional.

Zauli (2000:02), ao analisar algumas das principais teorias sobre a institucionalização de grupos de interesse ponderou que, para autores de inspiração *pluralista*, como Bentley e Truman³⁴, a organização destes grupos derivaria – numa primeira hipótese – de processos de diferenciação estrutural na vida das sociedades; ou seja, *o processo de diversificação social seria responsável pelos novos focos de interesse dados pela particular inserção dos indivíduos na estrutura da sociedade*. E, numa segunda possibilidade, a formação destes grupos seria uma consequência da busca do equilíbrio perdido pelo sistema social, em virtude de rupturas que estimulariam o processo de filiação grupal dos indivíduos cujos interesses e posições sociais estivessem sob ameaça.

Em uma perspectiva distinta, Olson (1999), em sua crítica à teoria tradicional dos grupos focalizou o comportamento de indivíduos racionais, que formavam o que ele chamou de "grupos econômicos" – grupos cujos membros têm interesse na obtenção de benefícios coletivos, que resultem em vantagens materiais para si próprios. Desta forma, o autor contrapôs a crença de que conjuntos de indivíduos com interesses compartilhados implementavam ações coletivas, com vistas à realização dos interesses comuns a todos os membros.

Em sua análise, Olson buscou identificar quais eram as circunstâncias em que a racionalidade individual não era suficiente para sustentar a racionalidade coletiva. Dito de

³⁴ BENTLEY, Arthur. *The Process of Government*. 1ª edição. Evanston. Ill.: Principia Press. 1949. e TRUMAN, David. *The Governmental Process*. 1ª edição. New York. Alfred A. Knopf. 1958. In: Zauli, 2000.

outra forma, procurou compreender as regras que determinavam o jogo de interesse entre o grupo e os indivíduos que os compunham.

Nesta dimensão analítica, o grupo de interesse que passaremos a analisar recai sobre o arranjo entre indivíduos da elite agrária tradicional e da elite moderna. Assim, a nova elite é o grupo de interesse formado tanto pelos antigos proprietários de grandes extensões de terra e pelos coronéis da política regional; como por empresários de agroindústrias dos mais diversos ramos ligados à agropecuária [produtores (carne, leite e derivados, frutas, grãos, cachaça, etc.); empresários da área de pesquisa rural (produção de sementes capim, milho, mudas em geral, transferência de embriões, etc.); da área de irrigação (tecnologia para micro-aspersão, irrigação tubular, etc.); de produtos de suporte à agropecuária em geral (vacinas, sementes, ferramentas, máquinas, implementos, etc.)] e mais a elite técnica vinculada ao setor: agrônomos, consultores, pesquisadores, veterinários, técnicos em elaboração de projetos, etc.

Sob a perspectiva olsoniana, a organização formal da nova elite norte mineira, que passou a lutar pela obtenção de benefícios coletivos, deverá ser analisada tanto em termos das circunstâncias sob as quais se esgotou o modelo de desenvolvimento induzido pelo Estado, como em relação às estratégias adotadas pelo grupo para viabilizar seus interesses coletivos.

CAPÍTULO II

O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DA ELITE DOMINANTE NORTE MINEIRA

A partir da década de 1980, as grandes modificações da organização econômica e social mundial – provocadas principalmente pelo fenômeno da globalização cultural e financeira, pela re-configuração do papel do Estado Nacional e pelas revoluções científicas e tecnológicas – alteraram o padrão da concorrência mundial, influenciando estudiosos, governantes e a iniciativa privada, a pensarem sobre novas formas para processo de desenvolvimento capitalista.

Sobre a globalização, Santos (2003:23) considerou-a como *um processo de internacionalização do mundo capitalista*, potencializado a partir de meados dos anos 1980, em virtude do aumento da interligação entre os mercados, da reestruturação dos grandes grupos econômicos e da diminuição do papel do Estado Nacional. Para o autor, o motor único deste processo seria o aumento da geração de lucro das grandes empresas transnacionais, que, por meio de transformações em suas estruturas produtivas³⁵, submeteriam todas as demais a uma situação de concorrência mundial.

³⁵ Dall’Acqua (2003) considerou que as transformações na estrutura produtiva das empresas e das sociedades ocorreram em devido à busca por modernização e diminuição de custos de produção. Segundo a autora, a reestruturação produtiva gera o aumento da especialização da produção e, com isso, a concentração das atividades produtivas em espaços geográficos selecionados de acordo com critérios específicos, bem como, uma maior aplicação de tecnologia ao processo produtivo. O objetivo final destas modificações seria o melhoramento do padrão competitivo das empresas locais, que passaram a concorrer em escala mundial.

Castells (1999) postulou que as revoluções científicas e tecnológicas dos anos 1970 concretizaram um novo estilo de produção, comunicação, gerenciamento e vida, onde a tecnologia assumiu tamanha importância que, a articulação adequada entre os pares – *base científica & tecnológica X gerenciamento e produção* –, poderia sufocar ou acelerar o processo de desenvolvimento de uma nação.

Na visão de críticos como Chaloult e Almeida (1999:39), a globalização provoca profundos impactos sócio-políticos e gera contradições nas ações do Estado, através da forte influência dos organismos internacionais e das empresas transnacionais. Para Diniz e Boschi (2004), a perda ou a redução de certos atributos da soberania econômica e política desta instituição, propicia o deslocamento do eixo do desenvolvimento, que deixa de ser induzido exclusivamente pelo setor público e passa a ser considerado, e requerido, como responsabilidade das atividades empresariais³⁶.

Sendo assim, dentro do novo contexto socioeconômico mundial dos anos 1990, os formuladores de políticas destinadas à promoção de desenvolvimento – agora não apenas o Estado, mas em especial, a iniciativa privada – passaram a concentrar seus esforços em criar estratégias para a melhoria das condições de produção das empresas, levando em conta dois aspectos fundantes: (i) o “espaço local” como referência para o planejamento³⁷; (ii) a *base científica e tecnológica* como ponto de articulação entre as vantagens e potencialidades produtivas locais. Desta forma, o novo “paradigma do desenvolvimento”, consolidado a partir

³⁶ Para estes autores, apesar do redirecionamento econômico desencadeado pelas políticas neoliberais e do considerável enfraquecimento da autonomia estatal – principalmente em sua capacidade de implementação de políticas sociais – não há uma completa destituição do Estado de sua capacidade de intervenção. Segundo Diniz e Boschi (2004) os estímulos que partem do Estado são agora considerados vetores de atuação da elite e da reestruturação de suas organizações de interesse. (este ponto será retomado mais adiante)

³⁷ Sobre o referencial “local”, como a nova base de planejamento das políticas e ações para a promoção de desenvolvimento, Rodrigues (1997), empregou a expressão “Desenvolvimento Local” para se referir ao processo em que as localidades, munidas de seus recursos mais variados, criam oportunidades de promoção de bem-estar coletivo, implementando atividades que de alguma forma dinamizem a economia em pequena escala, gerando o “desenvolvimento” do lugar, mediante estratégias de baixo impacto sócio-ambiental. Ainda sobre o tema, Ávila (2000), apontou que, no Brasil, o “Desenvolvimento Local” é tratado como “contraponto” entre globalizados e globalizadores, pois o desenvolvimento local é um processo de dinâmica endógena – pela qual a comunidade se torna apta ser “sujeita” e “agente” de seu desenvolvimento, ou seja, capaz de equilibrar e adequar à sua própria realidade o que lhe vem de fora.

dos fins do século XX, foi erigido sobre o tripé: atuação da iniciativa privada, planejamento localizado e construção da adequada base *científica & tecnológica*.

Este processo de transição entre “o modelo desenvolvimento centrado no Estado como agente indutor” e o “modelo de desenvolvimento calcado nas ações estratégicas da iniciativa privada”; sustentou-se pela premissa de que, o melhoramento das condições de produção e competição das empresas de determinada região geográfica, desencadearia um movimento regular de melhoramento das condições de trabalho e vida da população envolvida.

No Norte de Minas, a partir desta conjuntura política e econômica mundial, foi deflagrado um movimento de especialização em torno da cadeia produtiva³⁸ do agronegócio³⁹. A justificativa da nova elite era que o fortalecimento das empresas atuantes no setor de vocação histórica, geraria um ganho substancial de “vantagens competitivas e comparativas”, importantes para o processo de desenvolvimento regional.

Cabe aqui então, uma breve digressão teórica para tratarmos destes dois conceitos que se tornaram centrais no discurso do grupo dominante:

Economistas clássicos como Adam Smith e David Ricardo consideraram que as diferentes interações entre os fatores de produção utilizados pelas empresas – mão-de-obra, terra, recursos naturais, capital e infra-estrutura –, geravam diferentes vantagens no processo competitivo entre

³⁸ De acordo com Dall’Acqua (2003:82), as cadeias produtivas constituem a síntese da atividade econômica e “correspondem ao conjunto de distribuição de insumos, processos, produtos e comercialização de produtos”.

³⁹ Nossa análise está em consonância com a configuração atual do conceito de agronegócio que, além de abranger a visão sistêmica das cadeias produtivas agroindustriais, envolvendo todos os segmentos dos setores de insumos materiais (sementes, mudas, fertilizantes, corretivos, agrotóxicos, máquinas e equipamentos, etc.), do setor da produção rural propriamente dito, do setor de transformação (industrialização), de distribuição e de comercialização; incorporou nos últimos 20 anos também os ambientes institucional (aparato legal) e organizacional (pesquisa, extensão e ensino, entidades de classe, cooperativas, agentes financeiros) – envolvendo a extensa rede de agentes econômicos, desde os que produzem os insumos usados na produção de matérias-primas, até os que comercializam, para o consumidor final, os produtos já industrializados (Secretaria Técnica do Fundo Setorial de Agronegócio, 2002).

as nações e determinavam o nível de desenvolvimento, uma vez que afetavam a produção de riqueza⁴⁰.

Na moderna teoria econômica, Schumpeter (1984), ao tratar do processo de desenvolvimento do sistema capitalista, apresentou um novo ponto de vista, baseado no conceito de “destruição criativa” ou “inovação”.

“... o impulso fundamental que inicia e mantém a máquina capitalista em movimento decorre dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados, de novas fontes de matérias-primas, das novas formas de organização industrial que a empresa capitalista cria ...esse processo de destruição criativa é o fato essencial acerca do capitalismo. É nisso que consiste o capitalismo, e é aí que têm que viver todas as empresas capitalistas”(Schumpeter, 1984:112)

Segundo o autor, através da destruição criativa – da inovação de um antigo produto ou processo –, obter-se-ia maior grau de produtividade dentro da empresa. Desta forma a empresa contaria com “vantagens dinâmicas” em relação às demais, já que era dotada do elemento fundamental para competitividade – a inovação. Segundo Schumpeter (1984), este era o motor do desenvolvimento capitalista: a competição entre as empresas. Através da *inovação*, obtinha-se capacidade de maior geração de lucro e maior acumulação de capital. Fora desta lógica, postulava Schumpeter, as empresas tenderiam a sucumbir no processo competitivo e, como consequência, a região ou país se desviaria da rota do desenvolvimento econômico.

Já nos anos 1990, Michael Porter (1993), argumentou que a teoria clássica tornou-se insuficiente para dar conta do atual processo de competição global. Incorporando a argumentação de Schumpeter sobre a importância da inovação, Porter, postulou que a prosperidade de uma nação não é uma característica herdada, mas antes, resulta do esforço criativo humano. Assim,

⁴⁰ Smith (1996), em sua teoria sobre as “Vantagens Absolutas”, postulou que a disponibilidade de grandes quantidades de recursos naturais (matérias primas) era um determinante crucial da produção e do nível de exportações de um país. Verificou também que, o processo de divisão do trabalho dentro das empresas, estava diretamente relacionado aos incrementos de produtividade – na medida em que os profissionais se aperfeiçoavam individualmente em funções específicas, projetavam novos instrumentos capazes de maximizar a eficiência produtiva. Por sua vez, Ricardo (1982), ao tratar das “Vantagens Competitivas”, considerou que a produtividade do solo delimitava o nível da produção de um país e, indo além, demonstrou que através do uso de máquinas era possível vencer o desgaste do solo e alcançar melhores níveis de produção.

em uma conjuntura marcada por mercados segmentados, produtos diferenciados, diversidades tecnológicas e economias de escala, a *competição* torna-se um processo dinâmico e evolutivo.

Partindo desta premissa, Porter (Op.cit.) iniciou crítica pertinaz à teoria econômica clássica das *Vantagens Comparativas*, e elaborou um corpo de conhecimentos, o “diamante”, composto por quatro atributos que, isolados ou em forma de sistema, atuam sobre a vantagem nacional⁴¹.

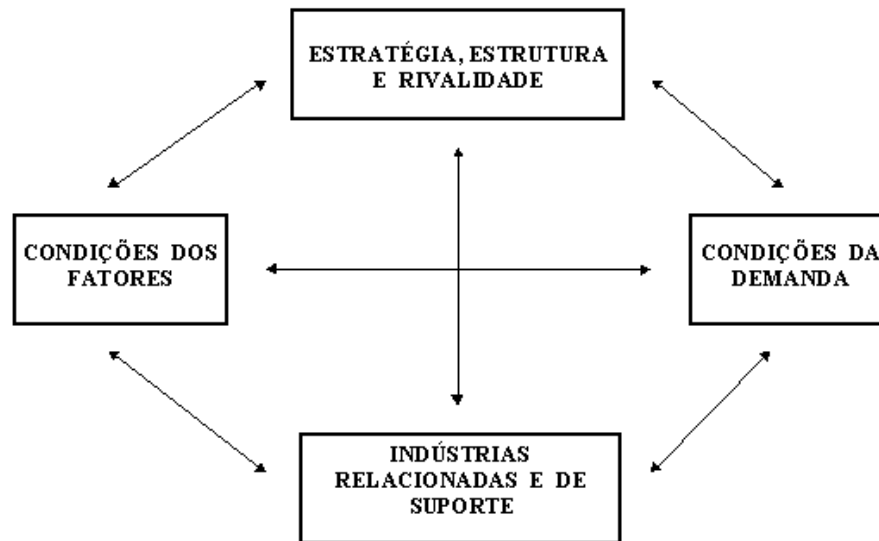
Figura 2.1
O Diamante da Competitividade de Michael Porter.

⁴¹ Os atributos fundamentais para a competitividade das nações foram descritos por Porter (1999:167-179) da seguinte forma: 1. Condições de Fatores – os insumos necessários para competir em qualquer indústria como terra cultivável, trabalho, recursos naturais, capital e infra-estrutura. Os fatores são dotados de: a) Recursos Humanos – implicam na capacidade, quantidade e custo da mão-de-obra, considerando-se a carga horária semanal e a ética de trabalho. b) Recursos Físicos – o posicionamento geográfico é extremamente importante para esta análise. [Considera-se a qualidade, acesso, abundância e custo de itens como terra, água, minérios, fontes de energia etc.. c) Recursos de Conhecimento – relacionam-se diretamente à capacidade intelectual disponível no país]. d) Recursos de Capital – resumem-se na capacidade econômica e garantias de que o país dispõe para o financiamento de investimentos tecnológicos. e) Infra-Estrutura – tipo, qualidade e valor de uso da infra-estrutura disponível que afeta a competição; inclusive os sistemas de transportes, os sistemas de telecomunicações, pagamentos ou transferências de fundos, assistência médica etc.

2. Condições de Demanda – a demanda determina o rumo e o caráter das melhorias e inovações implementadas pelas empresas. Em relação à demanda interna, um atributo é especialmente importante: *A natureza das necessidades do comprador* (compradores exigentes pressionam as empresas a inovar com maior rapidez e a conquistar vantagens competitivas mais sofisticadas que os rivais externos).

3. Setores Correlatos e de Apoio (ou Indústrias Relacionadas e de Suporte) – dizem respeito à presença ou ausência de indústrias que possam abastecer a produção industrial e dar suporte administrativo aos serviços, e que sejam internacionalmente competitivas.

4. Estratégia, Estrutura e Rivalidade de Empresas – é o contexto no qual as empresas são criadas, organizadas e dirigidas, bem como a natureza da rivalidade interna. Porter (1999:167-179)



Fonte: Porter, 1999:179

Um princípio importante da teoria de Porter sobre a construção de *Vantagens Competitivas* é que estas são geradas e sustentadas através de um processo altamente localizado. De acordo com o autor, o desenvolvimento socioeconômico é potencializado se a economia estiver organizada na forma de aglomerados competitivos e os agentes (governo, empresas, instituições de suporte e indivíduos), atuarem de forma ordenada em prol do desenvolvimento da vocação local. Assim, a maior parte de seus estudos está assentada sobre a análise de aglomerados de empresas ou *clusters*⁴².

Retornando ao Norte de Minas, sofrendo com as mudanças estruturais desencadeadas pelos novos padrões de concorrência mundial, a nova elite regional, dá início a um processo de organização do setor em torno de seus interesses específicos. O objetivo principal era melhorar a condições de produção e comercialização dos produtos agropecuários regionais – com vistas a evitar a perda do mercado consumidor para os concorrentes que invadiam a região⁴³. O argumento central para as modificações pretendidas era que o fortalecimento

⁴² *Cluster* ou Aglomerado, de uma forma simplificada, pode ser entendido como uma concentração setorial e geográfica de empresas de um mesmo setor produtivo (Porter, 1999). Retomaremos a discussão sobre este conceito mais adiante.

⁴³ Para se ter uma idéia, em entrevistas realizadas com diversos empresários, todos relataram que a concorrência dos produtos que vinham de outras regiões do país estava levando à falência o setor agropecuário regional. Em especial

das empresas atuantes no setor rural, através de organizações coletivas, geraria ganhos substanciais para o desenvolvimento socioeconômico da região.

Olson (1999), considerou que o objetivo da organização de associações é sempre promover os interesses comuns de seus membros. Neste tipo de arranjo, todos são tratados da mesma maneira, o que dá a entender que quando um resultado é alcançado pela associação, nenhum de seus membros pode ser excluído dos benefícios trazidos por ele. Seguindo esta linha de raciocínio, é necessário considerar que, por mais diversos que sejam os desejos humanos, eles podem apresentar pontos em comum; e indo além, que a partir destes interesses comuns, os homens planejam uma atuação coordenada. Tal atuação, originada no reconhecimento consciente de interesses comuns é o que o autor classificou como “ação coletiva”.

Para Olson (1999:33), embora “*um grupo (tenha) de constituir uma organização formal para poder lutar pela obtenção de um benefício coletivo*”, não é regra que todos os membros atuem da mesma forma ou com a mesma intensidade para a consecução dos objetivos pretendidos. De acordo com o autor, sempre estarão presentes na associação, os “caronas” – indivíduos que preferem aguardar passivamente a chegada dos benefícios coletivos. Assim, a interação organizada de agentes com interesses comuns seria fortemente determinada por uma situação em que os benefícios da ação coletiva fossem maiores que seus custos – ainda que tal situação *não* implicasse, necessariamente, a efetivação do comportamento coletivo⁴⁴.

Olson então, postulou que o tamanho da organização é um fator que influencia na possibilidade de ação coletiva. Considerando graus de eficácia distintos entre pequenos e grandes

foi citado São Paulo (Vale do Ribeira – fruticultura), Bahia e Pernambuco (Juazeiro e Petrolina – fruticultura), Rio Grande do Norte (Vale do Assú – fruticultura); São Paulo (indústrias de cachaça); Centro-Sul de Minas, São Paulo e Mato Grosso (grandes confinamentos de pecuária de corte); Centro-Sul de Minas e São Paulo (leite).

⁴⁴ Segundo Olson (1999), a existência de interesses exclusivamente pessoais, determinava que a constituição de organizações coletivas só tivesse sentido na presença de interesses que aglutinasse os membros de um determinado grupo enquanto conjunto de indivíduos que compartilhavam de algum objetivo comum. Desta forma os “incentivos seletivos” tornaram-se um fator importante para evitar que indivíduos imobilizados pegassem “carona” nas ações dos atores engajados no processo coletivo e também configuraram uma estratégia para levar os membros do grupo a agirem de acordo com o interesse comum.

grupos no suprimento de bens públicos⁴⁵, argumentou que, em grupos muito extensos, os custos para a manutenção da organização tenderiam a ser altos e a participação individual poderia ser considerada como dispensável – uma vez que os benefícios alcançados deveriam ser compartilhados até mesmo com aqueles que preferiram esperar os resultados. Já em grupos reduzidos, tanto os custos para a manutenção da organização seriam menores, como seria mais fácil identificar os “caronas” e, portanto, induzi-los a participar. Nesta perspectiva, de acordo com a avaliação de Olson (1999:64), “*os grupos pequenos irão promover seus interesses comuns de um modo melhor do que os grandes*”.

Cardoso (2004:48), ao analisar as contribuições de Olson para os problemas da ação coletiva em grupos empresariais, notou que o acirramento da competição entre corporações⁴⁶ de empresas inseridas no contexto de mercado é um fator que compromete “*o ponto ótimo de provimento do benefício coletivo*”. De acordo com o autor, a utilização de “incentivos seletivos” e o desenvolvimento de instituições especiais para garantir a viabilização das demandas coletivas são estratégias assimiladas pelos diversos tipos de corporações, especialmente as elites empresariais, na consecução de seus interesses .

Portanto, em nosso entendimento, a perspectiva teórica da ação coletiva discutida por Olson (1999), e incorporada por Cardoso (2004) em seu estudo sobre elites empresariais, operacionaliza nossas reflexões sobre as estratégias da nova elite norte mineira rumo ao seu modelo próprio para o desenvolvimento regional.

De acordo com as pesquisas realizadas para esta dissertação, as movimentações do grupo dominante em direção a um modelo de desenvolvimento calcado na plataforma *ciência & tecnologia* tiveram início em 1994.

⁴⁵ De acordo com Shikida e Monastério (2000), a ação coletiva, geralmente, está voltada para a produção de bens públicos para seus membros, pois bens privados podem ser produzidos através do mercado.

⁴⁶ Para Cardoso (2004:46), pode-se assimilar as corporações como sendo organizações formais de representação de agentes *econômicos individuais* (trabalhadores e empresários) e *agentes econômicos coletivos* (como sindicatos e associações proprietárias nacionais e transnacionais), onde destacam-se segmentos de elites.

Naquele ano, a diretoria eleita para Sociedade Rural adotou como plano de trabalho o binômio “*tecnologia e marketing*” e convocou os grupos interessados⁴⁷, a atuarem conjuntamente frente ao Estado, com o objetivo de obter recursos para a realização das mudanças desejadas.

A mobilização dos 40 diretores da Sociedade Rural resultou na “Mostra de Tecnologia Agropecuária”, que aconteceu em 1994, durante a Exposição do Cavalo. A principal consequência desta mostra foi a criação, no ano seguinte, da Fundação de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Agropecuária Norte Mineira – FUNDETEC⁴⁸ –cujos objetivos foram definidos da seguinte forma:

I) Promover o desenvolvimento científico e tecnológico da agropecuária do Norte de Minas, II) Identificar junto à iniciativa privada que compõe o segmento produtivo, necessidades de pesquisas em áreas específicas, de maneira a estabelecer junto às universidades, centros de pesquisas e fundações congêneres, oportunidades e alternativas para o efetivo desenvolvimento de pesquisas, III) Desenvolver projetos específicos de gestão tecnológica e transferência de tecnologia com a participação de universidades e centros de pesquisas, IV) Estimular a criação, implantação e consolidação de pesquisas em áreas avançadas da iniciativa privada, de forma a contribuir para a expansão e difusão de novas tecnologias junto aos setores produtivos da região norte mineira, V) Estender sua atuação no sentido de viabilizar mecanismos financeiros que efetivamente permitam a inovação e o desenvolvimento tecnológico da região, VI) Apoiar, incentivar e orientar as instituições de ensino direcionadas para a agropecuária, assim como as agroindústrias regionais. (Ata de Instituição e Constituição da Fundetec, Cartório 1º ofício de notas Canela: 1995)

⁴⁷ Instituições de crédito (Banco do Brasil, Banco do Nordeste, dentre outros); Instituições de Ensino e Pesquisa (Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES –, Escola Superior de Agricultura de Lavras – ESAL – Universidade Federal de Viçosa – UFV –, Núcleo de Ciências Agrárias da UFMG –; Grupo de Experimentação Agropecuária de Minas Gerais – GEANOR –; Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG –, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER –; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA –, dentre outros); Entidades de Classe (Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene – AMANS –, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG –; Associação de Médicos Veterinários do Norte de Minas, Associação dos Engenheiros Agrônomos do Norte de Minas – AGRNM – dentre outras); Órgãos Estaduais (Secretaria de Estado do Planejamento de Minas Gerais – SEPLAN/SUDENOR –; Serviço Brasileiro de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE –; Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF –, dentre outros).

⁴⁸ A Fundetec foi criada em 07 de março de 1995.

Assim sendo, fundada a instituição representativa dos interesses do grupo dominante, iniciou-se um trabalho de levantamento das condições tecnológicas regionais. Para tanto, foram realizados “Seminários Temáticos” que – conforme os entrevistados – serviram para fornecer “uma visão crítica da tecnologia regional”. Neste processo, a incumbência da Fundetec era “*atrair o conhecimento técnico-científico e os recursos para o agronegócio regional*”.

Os principais Seminários trataram dos seguintes temas: agricultura irrigada; agricultura de sequeiro, fruticultura, cachaça, silvicultura, pecuária (corte e leite) e piscicultura. Os eventos contaram com as participações de vários técnicos da região Norte de Minas, de outras regiões do país e também do exterior; além dos empresários e produtores. A descrição abaixo traz uma idéia de como aconteciam estes Seminários:

Então chamamos a Embrapa e fizemos o primeiro seminário temático da Agricultura Irrigada.

(...) Onde é que está um dos melhores técnicos, professores especializados em agricultura irrigada no mundo?

Então nós identificamos um na Califórnia e outro em Israel. Chamamos esse pessoal pra cá, pagamos a passagem deles.

Onde é que estão, no Brasil, os melhores da agricultura irrigada? Chamamos pra cá.

Aí fizemos um evento com 150 pessoas no auditório do Parque de Exposições.

Foi essa massa de técnicos de fora, produtores regionais e técnicos da região (que era o maior volume).

Então, tinha uma parte expositiva: o que é agricultura irrigada no mundo? Como é que funciona?

E aí nós dividimos em grandes temas da agricultura irrigada – como é que está o “Estado da Arte” da agricultura na região?

E dali foram feitos os grupos, e cada grupo discutiu o sistema de uma parte: solo, irrigação, produção, transporte.

E aí nós identificamos os principais gargalos da agricultura irrigada na região.

Dessa mesma forma, fizemos com todos os outros. (entrevista realizada em 20 de outubro de 2005)

A partir dos Seminários Temáticos, de acordo as entrevistas realizadas com ex-presidentes da Fundetec, foi possível “tomar pé” da situação do agronegócio norte mineiro. Reunindo as informações levantadas, concluiu-se que o maior entrave ao desenvolvimento regional era a ausência de uma base tecnológica adequada à realidade da produção agropecuária norte mineira.

Assim, foram iniciadas as ações que culminariam no projeto de construção do Parque Tecnológico Regional de Montes Claros.

Durante os anos seguintes, diversos acontecimentos corroboraram a diretriz tecnológica adotada para a promoção do desenvolvimento regional. A extinção da Sudene em 2001 é um exemplo: junto com a autarquia, fecharam as portas algumas agroindústrias que processavam boa parte da produção regional⁴⁹. Esta situação, além de provocar a falência de inúmeros produtores, levou os ruralistas a repensarem sobre a viabilidade de negócios em que eles participavam apenas como fornecedores de matéria-prima (o problema era que eles não detinham a tecnologia do processamento).

Outro fato foi a desilusão provocada pelo “fracasso” do Projeto Jaíba. Durante anos, apesar das críticas elaboradas por diversos estudiosos, o modelo de desenvolvimento baseado em grandes projetos agrícolas foi defendido pela elite dominante como “a redenção” do Norte de Minas. Contudo, – às portas do século XXI –, mais de 50 anos após o início das obras de canalização do rio São Francisco, e mesmo com investimentos da ordem de 50 milhões de dólares, o Jaíba não apresentava os resultados esperados: alavancar o desenvolvimento regional e propiciar a reversão do quadro de pobreza generalizada na região⁵⁰.

Um terceiro fator que contribuiu para que a diretriz tecnológica assumisse centralidade na região foi a disseminação de políticas de incentivo ao desenvolvimento tecnológico por todo o país. Tais políticas, financiadas principalmente pelo Ministério da Ciência & Tecnologia, por outras instâncias governamentais (como as prefeituras e os governos dos Estados) e por

⁴⁹ Como exemplo, podemos citar a ITASA, empresa que durante mais de 20 anos processou a produção regional de leite.

⁵⁰ Embora haja uma gama enorme de fatores que expliquem esta questão, a elite empresarial, incorporou predominantemente a crítica segundo a qual o grande problema do Jaíba estava na ausência de uma base de conhecimentos e tecnologias adequadas à realidade regional. Desta forma, de acordo com seu discurso, faltava produzir conhecimento “de dentro da região”, para fazer o Jaíba funcionar. Sobre as críticas ao Projeto Jaíba ver: SANTOS, Gilmar Ribeiro. *Da produção de subsistência à agricultura moderna: socialização e preparação para o trabalho no Projeto Jaíba*. São Paulo: Puc-SP, 2003. (Tese de Doutorado); e também RODRIGUES, Luciene. *Investimento Agrícola e o Grande Projeto Jaíba. Uma interpretação: 1970-1996*. São Paulo: USP, 1998 (Tese de Doutorado).

organizações internacionais; estão baseadas na aplicação de novas metodologias de organização empresarial e na criação de tecnologias de produção adequadas às características regionais. Assim, a nova elite percebeu a possibilidade de captar recursos públicos através de projetos adequados aos “incentivos à inovação” e à “promoção de novas tecnologias”.

Observando com atenção estes fatores determinantes da nova diretriz para o desenvolvimento regional, percebe-se que o grupo dominante vem percorrendo a trajetória de transição entre “o modelo desenvolvimento centrado no Estado como agente indutor” e o “modelo de desenvolvimento calcado nas ações estratégicas da iniciativa privada”. Para Diniz e Boschi (2004), os anos 1990 marcam a passagem do modelo de desenvolvimento presidido pelo Estado para uma ordem econômica centrada no mercado⁵¹; onde de um sistema político-econômico controlado pelo Estado passa-se a um padrão de regulação baseado na competição dos interesses e na criação de agências regulatórias independentes⁵². Neste período, de acordo com os autores, tem início um processo de redefinição das modalidades de organização e atuação dos empresários.

Embora Diniz e Boschi (2004) tenham centrado seus estudos sobre o empresariado industrial paulista – o que dificulta comparações homogêneas com o Norte de Minas, uma vez que a estrutura de representação de interesses desta região pode ser considerada tanto “diferente”, como “embrionária”, em relação à primeira –; também no território mineiro, a reconfiguração do ambiente institucional, resultou em novas formas de atuação do grupo dominante frente ao Estado.

⁵¹ Tomando-se o mercado não como uma instituição em si, mas como a síntese das atividades empresariais (Diniz e Boschi, 2004).

⁵² De acordo com os autores (2004:24,25) a criação agências regulatórias independentes é uma das conseqüências das reformas neoliberais dos anos 1990 sobre as modalidades de coordenação econômica do Estado Brasileiro. Se antes esta coordenação era efetivada de maneira mais centralizada, com a primazia do Executivo na condução da política econômica, a partir da liberalização financeira e comercial, observa-se a alteração das relações entre os poderes, com uma crescente importância assumida pelo Legislativo. Neste contexto, a criação de agências regulatórias, investidas de autonomia e de força de atuação frente ao mercado, representa uma das conseqüências da ruptura com a ordem estatista anterior. (Importante lembrar que os autores não desconsideram a perene superioridade do Executivo na condução da política macroeconômica nacional, o que eles fazem é ressaltar a alteração das relações de poder entre o Executivo e o Legislativo, que agora se apresenta também, como “agente regulador”).

Em destaque, um ponto comum entre os dois casos é a crescente prática de *lobby*, ou seja, a ação dos grupos empresariais que procuram exercer algum tipo de influência sobre questões do seu interesse. A partir da reestruturação do aparelho estatal dos anos 1980-1990, marcada pela crescente importância assumida pelo poder Legislativo e pela modificação do padrão de articulação entre Estado/sociedade, tanto a elite empresarial industrial paulista, como a elite do agronegócio norte mineira, passaram a utilizar com mais intensidade o *lobby* como estratégia para garantir que suas demandas fossem atendidas⁵³.

Neste cenário – de jogo de interesses e poder –, o papel da Fundetec como instituição *lobbista* frente às lideranças políticas regionais e as agências desenvolvimento, é um dos elementos de ligação entre o nosso estudo e a teoria da ação coletiva de Olson (1999). Esta Fundação tanto configura uma organização formal criada para viabilizar os interesses coletivos da elite dominante regional (através de práticas como o *lobby*, por exemplo); como traz em seu bojo as questões relativas ao dilema entre os aqueles que tomaram a frente da plataforma *ciência & tecnologia* – como elemento central do novo modelo de desenvolvimento regional – e aqueles que estão apenas esperando os resultados⁵⁴.

⁵³ No tocante à mesma prática, Diniz e Boschi (2004:110) observaram que os grupos industriais paulistas têm aumentado sua atuação frente ao Congresso Nacional – chegando a participar através da representação direta e de grupos de pressão. No Norte de Minas, apesar de o *lobby* e os grupos de pressão sobre Congresso Nacional terem aumentado consideravelmente nos últimos anos (os ruralistas chegaram a promover o dia do Norte de Minas em Brasília no ano de 2002) esta prática encontra-se mais difundidas nos níveis municipal e estadual. Uma análise desta situação sob o prisma da ação coletiva proposto por Olson (1999) possibilitaria a afirmação de que o grupo norte mineiro, por ser menor, apresenta maior poder de *lobby* e maiores chances na consecução de seus objetivos.

É importante notar ainda que o estudo de Diniz e Boschi (2004) percorre outros aspectos das novas formas de atuação e organização empresarial, a partir das reformas neoliberais.

⁵⁴ O dilema a que nos referimos é conhecido por “Dilema dos Prisioneiros”. Zauli (2000:8) explicou que o “Dilema dos Prisioneiros” é uma situação em que o indivíduo deve optar entre a ação coletiva e os seus interesses exclusivos: “assumindo que há dois jogadores, o indivíduo “i” e o conjunto dos outros membros do grupo em questão “n-i”, cada um dos jogadores depara-se com a escolha entre contribuir para a produção do bem coletivo (Y) ou não contribuir (N); sendo que a utilidade de cada jogador (A_i) é uma função de sua própria ação (X) e da escolha do “outro jogador” (Z): $A_i = A_i(X, Z)$ ”.

A partir de diversas pesquisas que indicavam “as vantagens competitivas e comparativas” da cadeia produtiva do agronegócio regional, as lideranças do setor se articularam em torno das políticas de fomento ao desenvolvimento regional. A estratégia adotada era a de justificar o financiamento aos projetos, justamente pela necessidade de melhoria dos aspectos apresentados como “as potencialidades do agronegócio norte mineiro⁵⁵”.

Sobre este aspecto, em 2000, a Fiemg apresentou os resultados de uma pesquisa que apontava o Norte de Minas como uma aglomeração promissora de empresas concentradas em torno da cadeia produtiva do agronegócio. Para esta instituição, havia a possibilidade de se promover o desenvolvimento regional, a partir do “cluster potencial” na área de fruticultura:

“O Norte de Minas, a partir dos projetos Jaíba e Gortuba, tem condições de se tornar um dos principais centros brasileiros de produção de frutas tropicais, em função de suas excepcionais condições climáticas, da ampla disponibilidade de terras agricultáveis e da relativa proximidade de portos e dos grandes centros consumidores, bem como da infra-estrutura de irrigação já implantada”(Fiemg, 2000: 76).

Nesta mesma linha, o estudo realizado pelo Sebrae (2000), apontou que a região apresentava as melhores condições para a prática frutícola de todo o Estado, tais como:

o posicionamento estratégico da região em relação aos centros consumidores; a existência de perímetros irrigados, que possibilitam a produção programada dentro das mais modernas técnicas de manejo; a existência de uma base excelente de instituições públicas de pesquisa e desenvolvimento; as condições edafoclimáticas, que favorecem tanto a diversidade da produção de frutas quanto a sua eficiência produtiva; a existência de um parque industrial em expansão, capaz de alavancar a produção e promover a agregação de valor às frutas da região, etc. (Sebrae, 2001:01)

⁵⁵ Destacamos aqui a importância da elite técnica para a elaboração do novo modelo de desenvolvimento regional. Além de atuarem como “prestadores de serviço” na criação de projetos para captação de recursos, vários técnicos abriram suas próprias empresas, passando a integrar o grupo dominante. Ademais, os pareceres emitidos por estes profissionais possibilitaram que o grupo “afinasse o discurso” em torno da necessidade de políticas de incentivo ao desenvolvimento tecnológico regional. (Esta constatação está baseada na observação de diversas reuniões do grupo)

Inúmeros estudos apresentaram outros resultados positivos para a pecuária (corte e leite), cachaça, florestas renováveis (eucalipto), etc.

Por outro lado, no discurso empresarial, os principais entraves à melhoria condição competitiva dos produtos regionais eram a ausência de pacotes tecnológicos adaptados para as condições climáticas regionais, a inadequação dos programas governamentais de incentivo à realidade regional, a dificuldade dos agentes produtivos em trabalhar de forma coletiva e cooperativa; além de problemas ligados ao processo de produção e comercialização, tais como: a necessidade de baixar o custo de produção; as dificuldades para o escoamento da produção; a desqualificação da mão-de-obra; a baixa qualidade da produção regional e a necessidade do aumento da escala de produção (Telles, 2003).

Assim sendo, da incongruência entre o discurso empresarial e as “potencialidades” apresentadas pelas agências de fomento e demais instituições de pesquisa, nasceu o veio de recursos que a elite regional passou a explorar.

Quadro 2.1.

Agronegócio Regional: Potencialidades X Entraves

Potencialidades (Sebrae e Fiemg)

Entraves (Discurso Empresarial)

A existência de perímetros irrigados, que possibilitam a produção programada dentro das mais modernas técnicas de manejo.

Inadequação dos programas de incentivo à produção agropecuária à realidade regional.

A existência de uma base excelente de instituições públicas de pesquisa e desenvolvimento.

A ausência de pacotes tecnológicos adaptados para as condições climáticas regionais.

A existência de um parque industrial em expansão, capaz de alavancar a produção e promover a agregação de valor aos produtos

A necessidade de baixar o custo de produção; as dificuldades para o escoamento da produção; a desqualificação da mão-de-obra;

regionais.

a baixa qualidade da produção regional e a necessidade do aumento da escala de produção.

Existência de aglomerações promissoras, já com inércias de partidas vencidas, já com culturas setoriais em formação; com lideranças e espírito coletivo empreendedor e associativo.

A falta de coletividade e cooperação entre os empresários do setor.

Fonte: elaboração própria

O primeiro passo foi captar recursos para adequar a realidade regional ao sistema de Arranjos Produtivos Locais – APLs –. A partir daí, já se justificava parcialmente, o projeto de construção de um Parque Tecnológico Regional em Montes Claros.

Novamente, o papel da Fundetec foi o de atuar como instituição *lobbista*, buscando os apoios e o dinheiro necessários para a execução dos projetos. Desta forma, foram conformadas as bases e as alianças que sustentavam o objetivo da elite dominante de construir um modelo de desenvolvimento para a região Norte de Minas baseado na plataforma *ciência & tecnologia*.

Embora os dilemas e as divergências entre os representantes da elite dominante não constituam o foco central de nossa análise, é importante ressaltar que a escolha da plataforma *científica e tecnológica* para o setor rural, não foi um processo pacífico, que contou com o aval e a participação de todo o grupo. Durante as pesquisas de campo realizadas para a elaboração desta dissertação inúmeras vezes escutamos críticas e lamentos de empresários que defendiam novos rumos para o desenvolvimento socioeconômico regional, diferentes daqueles propostos pela Fundetec.

Neste sentido, parte dos empresários entrevistados já haviam começado a investir em outros setores, principalmente na construção de moradias para estudantes – em especial nas cidades de Montes Claros, Janaúba, Pirapora e Salinas.

Outra situação que deve ser ressaltada é que com o aumento da atuação de grandes empresas de carvoejamento na região, diversos produtores rurais vêm arrendando suas fazendas

para o plantio de eucalipto. Vale ainda lembrar que, a seca, problema que jamais deixou de acometer a região, determinou que diversos empresários do setor empregassem grandes volumes de recursos na salvação de seus rebanhos e lavouras. Desta forma, a experiência cotidiana de longos anos de luta contra os efeitos nocivos da natureza é um dos fatores que mais contribui para o ceticismo de muitos ruralistas frente a uma possibilidade de sucesso para o agronegócio regional.

Antes de passarmos à análise das movimentações empresariais para a construção do Parque Tecnológico em Montes Claros, consideraremos as justificativas apresentadas para a adoção da metodologia de APLs e dos Parques Tecnológicos na região:

2.1. Arranjos Produtivos Locais: uma estratégia para a promoção de desenvolvimento

A política de desenvolvimento derivada da composição de Arranjos Produtivos Locais – APLs – é baseada em um processo de especialização produtiva de Pequenas e Médias Empresas – PMEs – concentradas determinado espaço geográfico, atuando de forma cooperativa entre si, e com alto nível de utilização de *ciência & tecnologia*.

De acordo com Britto (2004), o que há de novo no enfoque sobre a pequena empresa em APLs é que a visão assistencialista – segundo a qual os pequenos empreendimentos devem ser subsidiados e/ou isentos de cumprir obrigações fiscais e trabalhistas – é substituída pelo enfoque das potencialidades destas organizações empresariais. Nesta concepção, pequenos empreendimentos são capazes de produzir inovações e promover o crescimento econômico com geração de emprego e renda, nas regiões onde se encontram. Assim, a proposta de promover PMEs, em Arranjos Produtivos Locais, além de contribuir para aumentar a importância da

dimensão geográfica no processo de desenvolvimento, confirma a ascendência da iniciativa privada como “geradora de progresso”.

No Brasil, esta estratégia ganhou força com o lançamento do Programa Nacional de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais e a formalização de um Grupo de Trabalho Permanente (GTP-APL), que têm por objetivo integrar as ações de órgãos públicos e outras agências em relação aos APLs⁵⁶.

Desta forma, a partir do direcionamento governamental para criação de políticas de apoio aos APLs, diversos municípios, regiões e estados brasileiros concentraram esforços no sentido de que seus aglomerados produtivos fossem classificados como APLs⁵⁷:

Arranjos produtivos são aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. Um Arranjo Produtivo Local é caracterizado pela existência da aglomeração de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal. (www.sebrae.com.br)

Arranjos Produtivos Locais são aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam (ou têm condições de fomentar) vínculos expressivos de interação, cooperação e aprendizagem direcionada para o enraizamento da capacitação social e da capacitação inovativa, essencial para a competitividade empresarial. As principais características de um APL são a cooperação e a interação, a especialização produtiva, o território definido e o sistema de governança. (www.redesist.ie.ufrj.br)

⁵⁶ O lançamento do Programa Nacional de Apoio à APLs e a oficialização do GTP-APL, ocorreram na I Conferência Nacional sobre APLs, realizada de 2 a 4/8/2004 em Brasília. Além disso, a consolidação de um grupo de discussão sobre o tema, a RedeSist – *Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais* – é considerado um marco para o desenvolvimento de pesquisas sobre os APLs. Formalizada desde 1997 e sediada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a RedeSist, conta com a participação de várias universidades e institutos de pesquisa no Brasil, além de manter parcerias com outras instituições da América Latina, Europa e Ásia, – www.redesist.ie.ufrj.br

⁵⁷ Embora algumas designações gerais para o termo venham sendo aplicadas em âmbito governamental, há ainda esforço para a construção de uma definição mais rigorosa e homogênea:

No campo das políticas adotadas para a promoção de desenvolvimento, o interesse pelos Arranjos Produtivos Locais está calcado no fato de que PEMs, aglomeradas em um determinado espaço, podem ser competitivas e ter um papel importante para a geração de desenvolvimento. Assim, dois pontos instigam o debate sobre os APLs: (i) a confiança e a cooperação como condições indispensáveis ao sucesso dos Arranjos; (ii) a diferenciação entre os APLs e a metodologia de organizações empresariais denominada de *Cluster*.

Em relação ao ponto (i) a confiança e a cooperação como condições indispensáveis ao sucesso dos Arranjos, a importância desta base de ações coletivas e cooperativas para as organizações empresariais, vem sendo ressaltada por pesquisas que indicam a existência de Capital Social⁵⁸ como fundamento da vantagem competitiva dos Arranjos Produtivos Locais:

Em projetos anteriores, o grupo de pesquisadores da Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais sediada no Instituto de Economia da UFRJ realizou um levantamento exaustivo de diversos arranjos produtivos, localizados em diferentes regiões do país e que contemplam uma gama bastante variada de setores industriais, incluindo desde setores tradicionais – têxtil-vestuário e calçados, por exemplo – até setores com maior conteúdo tecnológico – incluindo os setores aero-espacial e eletrônica, dentre outros. A partir destes estudos, consolidou-se a visão de que um aspecto absolutamente fundamental da dinâmica de operação de APLs refere-se à consolidação de práticas cooperativas entre agentes, as quais resultam em processos conjuntos de capacitação e aprendizado, responsáveis pela intensificação do ritmo de introdução de inovações e pela geração de ganhos de eficiência que reforçam o desempenho competitivo das empresas integradas a tais arranjos. (Britto, 2004:02)

No discurso da elite dominante norte mineira, a construção de laços de coletividade e cooperação é um dos principais aspectos que precisam ser trabalhados para que se obtenha sucesso nos APLs regionais. De fato, existe fundamento nesta proposição. Tanto nos pareceres

⁵⁸ Capital social pode ser entendido, de acordo com Bourdieu (1986), como um conjunto de recursos reais ou potenciais resultantes do fato de pertencer, há muito tempo, e de modo mais ou menos institucionalizado a uma rede de relações, de conhecimento e reconhecimento mútuo. Para Robert Putnam (1993:177), *Capital Social* é uma “*características da organização social, tal como confiança, normas e redes que podem melhorar a eficiência da sociedade facilitando ações coordenadas*”. Em outras palavras, é o conjunto de normas e redes de relações que possibilitam as pessoas agirem coletivamente. Em contraste com o capital humano – que foca o indivíduo –, o *Capital Social* está relacionado com as ações e resultados coletivos, que têm sua base na confiança, na cooperação e na colaboração.

dos técnicos envolvidos no projeto do Parque Tecnológico Regional (Fundetec, 2000), como na pesquisa de campo realizada para esta dissertação, ficou claro que a disposição dos empresários para confiarem e cooperarem entre si, muitas vezes, está restringida por interesses individuais imediatistas e por frustrações em investimentos passados.

Em relação ao segundo ponto do debate sobre os Arranjos Produtivos Locais: (ii) a diferenciação entre APLs e *Cluster* (aglomerado), em primeiro lugar é necessário notar que a grande importância dada às diferenças entre estes dois tipos de organizações empresariais está concentrada no ambiente acadêmico e na argumentação dos técnicos que elaboram os projetos de captação de recursos. Para a maioria dos empresários norte mineiros envolvidos no Projeto do Parque Tecnológico, pouco importa se a forma de organização é o Aglomerado ou o Arranjo Produtivo, o que interessa de fato, é se o dinheiro vai sair, e a forma como pode ser aplicado.

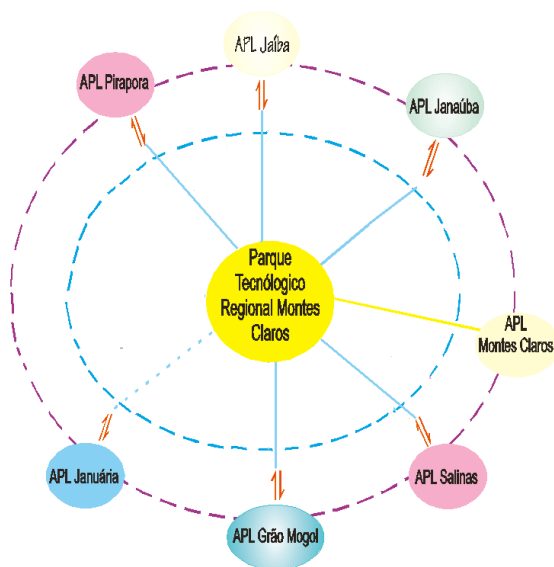
Sobre o conceito de *Cluster*, sua definição clássica indica que a ênfase da organização empresarial é dada pela localização geográfica das empresas:

Um aglomerado é um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área, vinculadas por elementos comuns e complementares. O escopo geográfico varia de uma única cidade ou estado para todo um país ou mesmo uma rede de países vizinhos. Os aglomerados assumem diversas formas, dependendo de sua profundidade e sofisticação, mas a maioria inclui empresas de produtos ou serviços finais, fornecedores de insumos especializados, componentes, equipamentos e serviços, instituições financeiras e empresas em setores correlatos. Os aglomerados geralmente também incluem empresas em setores a jusante (ou seja, distribuidores e clientes), fabricantes de produtos complementares, fornecedores de infra-estrutura especializada, instituições governamentais e outras, dedicadas ao treinamento especializado, educação, informação, pesquisa e suporte técnico, e agências de normatização. (Porter, 1999:211-212)

Assim, a diferenciação central entre as duas metodologias de organização empresarial é que, enquanto os APLs estão direcionados para a **especialização em uma atividade produtiva específica**, os *Clusters*, comportam um leque muito mais diversificado de atividades, em um espaço geográfico mais amplo.

No discurso dos defensores da adoção de APLs como estratégia para a promoção de desenvolvimento no Norte de Minas, esta opção se justifica pela possibilidade de os atores envolvidos fornecerem e criarem tecnologias geradoras de “vantagens competitivas” – indispensáveis à superação dos entraves ao processo produtivo como um todo; e por serem os APLs o passo inicial em direção à plataforma tecnológica avançada do Parque Tecnológico Regional de Montes Claros.

Figura 2.2.
Os APLs da Região Norte de Minas e o Parque Tecnológico Regional de Montes Claros



Fonte: Fundetec, 2004:23

2.2. Parques Tecnológicos: novos instrumentos para a promoção do desenvolvimento local

A proposta de construção de Parques Tecnológicos⁵⁹ como instrumentos para a promoção de desenvolvimento surgiu nos países da Europa, em meados da década de 1970. De acordo com

⁵⁹ Outras denominações encontradas são: cidade científica, cidade tecnológica, parque científico, parque de pesquisa, incubadoras e tecnópolis.

o discurso de seus criadores e defensores, os Parques Tecnológicos são instrumentos capazes de aglutinar os esforços dos setores público e privado, rumo à construção do aporte inovativo indispensável à sobrevivência das empresas em um mundo de competição global.

Um Parque Tecnológico é uma organização gerida por profissionais especializados, cujo objetivo fundamental é aumentar a riqueza de sua comunidade, promovendo a cultura da inovação e a competitividade das empresas e instituições geradoras de conhecimento instaladas no Parque ou associadas a ele. Para tal fim, o Parque Tecnológico estimula e gerencia o fluxo de conhecimento e tecnologia entre universidades, instituições de pesquisa, empresas e mercados; impulsiona a criação e o crescimento de empresas inovadoras mediante mecanismos de incubação e spin-off e proporciona outros serviços de valor adicionado assim como espaço e instalações de alta qualidade. (Associação Internacional de Parques Científicos – IASP – In: www.redesist.ie.ufrj.br)

A partir deste ponto de vista – alinhado com a teoria Shumpeteriana sobre a importância da inovação para o desenvolvimento econômico – defende-se a idéia de que a criação dos Parques Tecnológicos é justificada pelo fato de possibilitarem a formalização de ambientes onde *ciência & tecnologia*, são as bases para se pensar, pesquisar e criar soluções inovadoras aos entraves das atividades produtivas locais e, ao mesmo tempo, desencadear um processo de desenvolvimento socioeconômico da comunidade em seu entorno (www.redesist.ie.ufrj.br).

Por outro lado, Diniz (2004:13) enfatizou que não há consenso sobre a utilização dos Parques Tecnológicos como estruturas geradoras de desenvolvimento, uma vez que, *passados vários anos da implantação de alguns parques tecnológicos, nota-se um certo desapontamento com os benefícios por eles trazidos*. Segundo o autor, a sustentação teórica sobre a viabilidade destas estruturas está fundamentada na “teoria dos pólos de crescimento” formulada por François Perroux.

De acordo com Perroux⁶⁰ (apud Diniz, 2004:16-17), ao direcionar investimentos para realização de mudanças estruturais na economia de uma região, o Estado, por meio de planejamentos econômicos, induziria o seu desenvolvimento. Desta forma, o crescimento

⁶⁰ PERROUX, François. *L'économie du XX siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

regional gerado por Parques Tecnológicos derivaria tanto da criação de novos empreendimentos dentro da mesma cadeia produtiva – o que provocaria o impulso positivo das indústrias correlatas –; como da expansão dos empreendimentos no setor de serviços – através do crescimento indireto e induzido de atividades que ofertariam bens e serviços à população local. Dito de outra forma, *os parques podem ser visualizados como centros de crescimento que induzem o desenvolvimento de economias de localização e aglomeração, cumprindo um papel semelhante ao da indústria motriz* (Diniz, 2004:17).

Neste esquema, o papel da iniciativa privada seria garantir a estrutura industrial inicial, com relativa sofisticação tecnológica e forte de integração produtiva – disponibilidade e interesse em trabalhar de forma coletiva e cooperativa –, e em realizar novos investimentos para o rompimento das condições de impeditivas.

No Brasil, a partir de meados dos anos 1980, uma política deliberada de apoio à construção de Parques Tecnológicos, implementada pelo CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico –, determinou a difusão deste “instrumento para a promoção de desenvolvimento” por diversos Estados da Nação. Dados da ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas –, indicam a existência de 34 Parques Tecnológicos e 295 incubadoras de empresas em funcionamento, implantação ou em fase de projeto⁶¹.

No Norte de Minas, a nova elite regional assumiu o projeto de criação de um Parque Tecnológico em Montes Claros, acreditando que adoção deste instrumento de promoção de desenvolvimento propiciará as modificações desejadas na estrutura econômica regional:

De fato, um parque tecnológico e o de Montes Claros, por sua abrangência regional, se mostra mais denso e significativo. Representa uma transformação em que lideranças decidem conduzir a vertente mais central de seu destino, em

⁶¹ Os dados ainda revelam que 19 Parques Tecnológicos estão localizados no Sudeste (11 em MG, 3 em SP e 5 no RJ); 8 no Sul (4 no RS, 1 em SC e 1 no PR); 4 no Nordeste (2 no CE, 1 na BA e 1 em PE); 1 na região Norte e 1 na Região Centro-Oeste. Em relação às 207 incubadoras em operação no país, de acordo com ANPROTEC/2003, verifica-se um considerável desequilíbrio entre as regiões brasileiras: 96 estão localizadas no Sul; 71 no Sudeste; 24 no Nordeste; 8 no Centro-Oeste; e 8 no Norte. (www.anprotec.org.br)

direção a um futuro visualizado. Assim, o papel e a lógica desse Parque Tecnológico Regional, do ponto de vista da teoria econômica, se baseia no fato que ele, ao promover o deslocamento “para a frente” dos segmentos mais avançados da economia, contribuirá para que a renda produzida permita desenvolver políticas públicas que promovam os segmentos sociais menos favorecidos e a inserção dos excluídos.

Neste sentido cabe, mandatoriamente, ao Parque Tecnológico, administrar e promover a propensão para se reduzir os afastamentos entre os estratos de sua sociedade circundante, lembrando-se que a inovação e a capacidade de empreender dependem do mérito dos que as criam e desenvolvem e não do status social das pessoas. Fundetec, 2004:11 – volume 1

Assim, após conhecermos os argumentos que justificaram a diretriz *ciência & tecnologia* como nova plataforma para o desenvolvimento regional, passamos ao próximo capítulo onde analisaremos as ações empresariais rumo aos APLs e ao Parque Tecnológico Regional de Montes Claros, bem como alguns dos efeitos desta opção para o processo de desenvolvimento socioeconômico do Norte de Minas.

CAPÍTULO III

O PARQUE TECNOLÓGICO REGIONAL DE MONTES CLAROS E SEU IMPACTO SOBRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

3.1. Montes Claros

Montes Claros, município localizado na região Norte do Estado de Minas Gerais, foi escolhida para abrigar a estrutura física de um Parque Tecnológico. Fundada a quase cento e setenta anos, é considerada hoje “cidade-pólo”, por exercer uma influência que transcende sua micro região, particularmente nas atividades classificadas como complexas – dentre as quais se destacam os serviços de educação, saúde, logística, administração pública e desenvolvimento tecnológico.

Sua população passou de 250.062 habitantes, em 1.990, para 306.947 habitantes, em 2.000 – com um crescimento de 22,75%. Em simultaneidade, o seu PIB aumentou em 10 anos 1.195 %, alcançando em 2.000, um valor de 1.649 milhões de reais, distribuídos em uma composição de 870 milhões para o segmento indústria, 725 milhões para os serviços e 54 milhões para a agropecuária (IBGE, 2000).

Frente a essa evolução, a renda per capita chegou a um valor médio de R\$ 5.364,65/hab. Embora o valor considerável, esse indicador não retrata com propriedade a grande assimetria distributiva entre os estratos sociais do Município. Seu IDH⁶², igual a 0,784, corresponde ao 104º

⁶² O Índice de Desenvolvimento Humano foi desenvolvido pelo instituto de pesquisa e desenvolvimento social das nações unidas, no âmbito do PNUD – Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento –, segundo Jannuzzi (2001) o PNUD, para avaliar operacionalmente o nível e o progresso do desenvolvimento humano propôs-se o cálculo de um índice – IDH – construído a partir da aglutinação de indicadores representativos das dimensões relativas à educação (taxa de alfabetização de adultos e taxa de escolaridade), saúde (esperança de vida, e risco à morbidade) e renda (PIB per capita ajustado). O IDH propriamente dito é calculado como a média das medidas transformadas, e tem seus valores no intervalo de 0 a 1 sendo a classificação feita da seguinte forma: IDH < 5 = baixo; 5 < IDH < 8 = médio; IDH>8 – Alto.

lugar do Estado de Minas Gerais, ocupando o 14º lugar entre os 22 municípios mineiros com mais de cem mil habitantes⁶³.

A cidade abriga sete instituições de ensino superior e várias profissionalizantes; possui um parque industrial diversificado com empresas localizadas em um grande Distrito Industrial e distribuídas nos bairros. Além disso, compreende organizações públicas, privadas e associações não governamentais, instituições financeiras, empresas comerciais e de agronegócios. Estas estruturas, que vêm adquirindo uma complexidade crescente, interagem regionalmente com algumas centenas de municípios, constituindo uma densa rede voltada predominantemente para o agronegócio, associando atividades agrárias e criação de animais, assim como processos industriais decorrentes.

Desta forma, de acordo com a Fundetec (2004), Montes Claros polariza e se desenvolve sobre um conjunto de atividades agrárias que, ao mesmo tempo em que permeia toda a Região Norte e vizinhanças, também concentra e amplia continuamente sua atuação no campo dos Arranjos Produtivos Locais⁶⁴. Esta situação revelaria a vocação da cidade para abrigar a infraestrutura de um empreendimento voltado para produção e centralização da base tecnológica adequada às necessidades da iniciativa privada regional:

No contexto de uma cidade como Montes Claros, onde comparece uma das mais expressivas concentrações de instituições estruturadas de qualificação e renome da educação, voltadas para o ensino superior e profissionalizante e para a especialização, ao lado das maiores e melhores instituições de pesquisa e desenvolvimento do país, algumas delas já incursionando no âmbito da ciência do agronegócio, convivendo com entidades voltadas para a cultura, as artes, a memória e o patrimônio da sociedade, o Parque Tecnológico Regional promove a união e alinhamento das iniciativas que retratam as prioridades desse grupo maior de instituições técnico-científicas-educacionais e da sociedade da Região Norte de Minas. (Fundetec,2004:10)

⁶³ Ao se analisar os fatores que compõem o IDH, pode-se constatar que esse indicador ilustra os desafios a serem equacionados em Montes Claros, cuja situação é privilegiada se comparada a dezenas de municípios da Região.

⁶⁴ Os principais APLs da região Norte de Minas são: Janaúba/Jaíba, Gorutuba, Pirapora (fruticultura), Grão Mogol/Turmalina/Montes Claros (silvicultura/moveleira), Salinas/Taio-beiras e Januária (cana de açúcar/cachaça), e mais recentemente, Januária /Bonito de Minas (babaçu), Japonvar/Taiobeiras/Botumirim (pequi), São Francisco/Januária/Bonito de Minas/Itacarambi (buriti); dentre outros, ainda em fase de estruturação. (Fundetec, 2004:09)

3.2. O Parque Tecnológico Regional de Montes Claros segundo o discurso de seus idealizadores

De acordo com a elite dominante norte mineira a proposta de criação do Parque Tecnológico de Montes Claros está vinculada à inexorabilidade do progresso tecnológico para a sustentação das atividades agropecuárias regionais. Neste sentido sua finalidade principal é:

Estabelecer um elenco de alternativas de base tecnológica que atribuam uma via de desenvolvimento para a Região Norte de Minas, disseminável na geografia de seu território, na medida que alimentam com proposições e respostas, as necessidades que devem dar viabilidade aos arranjos produtivos locais, naturais ou modificados. (Fundetec, 2002b:15)

Nesta perspectiva, o desenvolvimento tecnológico é tratado como a principal alternativa capaz de evitar a rota da falência das empresas e da própria região. Assume-se, então, a noção de que não é possível pensar em desenvolvimento sustentável dissociado de uma base de conhecimentos científico-tecnológicos aplicados às condições do ambiente local e regional, tomando-se como referência as unidades produtivas que atuam em um mercado onde se valoriza predominantemente a qualidade e a escala de produção, em nível nacional e internacional.

Assim, o Parque Tecnológico Regional de Montes Claros é vislumbrado como uma organização que, ao centralizar as demandas tecnológicas do setor agropecuário (em especial) e setores correlatos, propiciará o desenvolvimento de novas bases produtivas sobre as quais nascerá uma época de melhoria das condições de trabalho e vida da população norte mineira:

Na verdade, trata-se de uma opção dessas instituições que, associadas às entidades empresariais e públicas, e às organizações do terceiro setor⁶⁵, assumem, em conjunto, a sua inserção e liderança no desenvolvimento das

⁶⁵ O texto refere-se às instituições técnico-científicas-educacionais envolvidas no projeto do Parque – a entidade gestora – FUNDETEC –; e os parceiros: Sociedade Rural de Montes Claros, Sindicato Rural de Montes Claros, Sindicato Rural de Janaúba, Cooperativa Agropecuária Regional de Montes Claros (COOPAGRO), Cooperativa de Crédito Rural do Norte de Minas (CREDINOR), Núcleo do Cavalo de Montes Claros, Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE (AMANS), Associação dos Médicos Veterinários do Norte de Minas, Grupo de

comunidades em que atuam, no sentido de organizar e estimular processos e empreendimentos produtivos em cada uma e de todas elas, que se constituem como uma continuidade natural da educação, da pesquisa e da investigação, da inovação e das descobertas, das invenções e das criações, direcionadas para se transformarem em atividades econômicas que satisfaçam às demandas regionais e locais e às vias de desenvolvimento orientadas pelas condições diferenciais que a Região propicia no ambiente da economia brasileira (Fundetec, 2004:12).

Até o presente, o Parque Tecnológico Regional de Montes Claros encontra-se em fase de edificação. A apresentação do “Plano de Negócios⁶⁶” à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig⁶⁷ – resultou na liberação de 60 milhões de reais para o início das obras físicas. Além desta verba, os gestores do empreendimento contam com futuros investimentos governamentais que serão aplicados em tecnologia e “material humano”.

Neste sentido, apesar de os documentos da Fundetec (2002b,c;2004) registrarem uma certa insatisfação quanto ao volume, às exigências e à descontinuidade dos programas de incentivo e financiamento aos empreendimentos tecnológicos, a Fundação vem direcionando esforços para obter o auxílio do Estado em diversos níveis. No âmbito federal, os alvos principais são os recursos da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP⁶⁸ – e do Banco Nacional de

Experimentação Agropecuário Minas Gerais, Universidade Estadual do Norte de Minas (UNIMONTES), Universidade Federal de Lavras (antiga ESAL), Universidade Federal de Viçosa, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG-NCA), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento, Empresa de Assistência Técnica e Rural de Minas Gerais (EMATER), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), Associação dos Engenheiros Agrônomos do Norte de Minas, Secretaria de Planejamento e Administração, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Montes Claros, Banco do Brasil-Montes Claros, Banco do Nordeste-Montes Claros, Indústria Alimentícia Itacolomy, Vallée, Fundação Educacional de Montes Claros (FEMC – FACIT, Escola Técnica), Faculdades Santo Agostinho de Montes Claros, Faculdades Pitágoras de Montes Claros, Fundação Educacional Norte de Minas (FUNORTE), Nortear, Prefeitura Municipal de Montes Claros, Prefeitura Municipal de Salinas, Prefeitura Municipal de Pirapora, Prefeitura Municipal de Grão Mogol, Prefeitura Municipal de Janaúba, Prefeitura Municipal de Jaíba (Fundetec, 2004:85).

⁶⁶ O Plano de Negócios é um estudo detalhado de dados sobre a infra-estrutura existente, os riscos negociais do empreendimento, a viabilidade econômico-financeira e o programa de implantação do Parque.

⁶⁷ O Plano de Negócios foi apresentado publicamente e defendido pelos diretores da Fundetec durante a Feira Nacional da Indústria, Comércio e Serviços de Montes Claros – FENICS – em abril de 2004.

⁶⁸ A FINEP é o gestor ativo do Ministério da Ciência e Tecnologia e administra a carteira mais importante na visão da Fundetec. De acordo com o levantamento realizado para a captação de recursos das obras do Parque, a FINEP vem colocando no mercado, uma oferta, *ainda bastante limitada*, de Programas com os recursos provenientes dos 16 (dezesseis) Fundos Setoriais existentes. (Fundetec, 2004:53)

Desenvolvimento – BNDES⁶⁹ –; no âmbito Estadual, a Secretaria de Ciência Tecnologia e Ensino Superior⁷⁰; e na alçada municipal, a Fundetec conta com os fundos municipais voltados para a promoção do desenvolvimento⁷¹.

Os estudos de dimensionamento dos empreendimentos do Parque concluíram por um total de 220 empreendimentos de diversas naturezas, predominando os de produção e de desenvolvimento tecnológico no setor de agronegócios. De acordo com os dados, o empreendimento tecnológico representará a geração de um valor agregado de receita de R\$982,437 milhões, no ano 10 – considerando toda a implantação do Parque (Fundetec, 2004).

Além destes resultados relacionados, em especial, à esfera econômica; alega-se que o Parque Tecnológico Regional de Montes Claros contribuirá para o desenvolvimento social da região, na medida em que se apresenta como uma política distributiva de renda (através da geração de empregos e do fomento ao universo de pequenas empresas), e como uma estratégia de desenvolvimento que estimula a fixação do homem ao campo.

Para se ter uma idéia da dimensão do empreendimento, estima-se que em um horizonte de 10 anos, serão geradas cerca de 8.161 vagas diretas de emprego; das quais 26% – 2.122 vagas –

⁶⁹ De acordo com os levantamentos da Fundetec (2004), o Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES – conta com uma carteira para crédito muito diversificada, que se aproxima dos trinta bilhões de dólares anuais. Suas linhas de financiamento, endereçadas à iniciativa privada, se destinam a máquinas, equipamentos, materiais e assemelhados; embora não haja recursos para obras civis e edificações.

⁷⁰ Através dos programas da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o Governo do Estado prevê a instalação inicial de um lote de seis a dez parques tecnológicos, os quais terão o suporte da aplicação de políticas de incentivos envolvendo vantagens fiscais, tributárias e de financiamento. Há também o Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais – BDMG –, que conta com um programa específico denominado FUNDESE Base Tecnológica; destinado a incentivar a implantação de empreendimentos nos parques tecnológicos mineiros (Fundetec, 2004:53)

⁷¹ Montes Claros, por exemplo, possui uma política de incentivos fiscais para empresas industriais (disciplinada pelo Decreto nº. 1.545, de 24.05.1996, relativo à Lei nº. 2.300, de 26.12.1995), e também colaborou com a doação de parte do terreno onde será construído o Parque. Os demais municípios possuem fundos municipais voltados para a promoção do desenvolvimento em geral, e também há alguns poucos que são voltados aos processos de desenvolvimento científico e tecnológico.

para pessoas com qualificação profissionalizante ou nível médio ou pós-médio; 45,3% – 3.695 vagas – para profissionais graduados e 28,7% – 2.344 vagas– para pós-graduados; o que corresponderá a uma massa salarial de 250,92 milhões de reais. Os estudos consideram ainda que, para os agronegócios, cada posto de trabalho no Parque, resultará em, no mínimo, 4 postos de trabalho para os Arranjos Produtivos Locais das cidades envolvidas – Montes Claros, Salinas, Pirapora, de Grão Mogol, Janaúba e Jaíba. Daí calcula-se uma oferta adicional de 32.644 novos postos de trabalho, fixando uma população superior a 130.576 mil pessoas, ou seja, 8,7% dos habitantes atuais da Região.

Tabela 3.1.
Parque Tecnológico de Montes Claros
Impacto e Efeitos Multiplicadores de Natureza Sócio-Econômica
(Horizonte: 10 anos)

ITEM	ATIVIDADE	NÚMERO DE POSTOS DE TRABALHO	AGREGADO DE RENDA SALARIAL (MR\$/ano)	GERAÇÃO DE RECEITA PRÓPRIA (MR\$/ano)
1	Produção Industrial (de Base Tecnológica)	6.984	220.808,40	883.233,60
2	Serviços da Cadeia Científico-Tecnológica	174	5.085,60	20.341,60
3	Serviços de Integração Social	25	421,20	
4	Convivência e Comerciais	90	662,40	3.312,00
5	Produção Científico-Tecnológica	720	22.008,00	73.360,00
6	Disseminação do Conhecimento e Cultura	50	876,00	2.190,00
7	Serviços de Apoio e Manutenção	118	1.058,40	
	Total	8.161	250.920,00	982.437,20

(1) Não foram consideradas as multiplicações próprias desses Setores nas plataformas dos arranjos produtivos locais.

(2) Assumiu-se uma geração de receita própria, equivalente ao valor adicionado ou ao produto interno bruto, bastante conservadora, contingenciando-se

a geração de produtos futuros pelas empresas produtivas,
no período sob investigação.

Fonte: Fundetec, 2004:50

Em relação às Pequenas e Médias Empresas, a projeção é que somente dentro da estrutura física do Parque, funcionarão em torno de 200 novas unidades. Este dado, de acordo com a Fundetec (2002b:11), representa a viabilidade e a vocação do empreendimento para promover uma distribuição mais eqüitativa de renda.

Tabela 3.2.
Parque Tecnológico Regional de Montes Claros:
novos empreendimentos e postos de trabalho

Quantidade Empresas ⁽¹⁾	Postos de Trabalho por Empresa	Total de Postos de Trabalho Diretos
GLEBA I – Parque Condominial		
20	6	120
20	10	200
20	15	300
20	25	500
1	320	320
10 ⁽²⁾	40	400
3 ⁽³⁾	25	75
30 ⁽⁴⁾	3	90
124		2.005
GLEBA 2 – Parque Empresarial		
36	50	2.100
15	100	1.500
15	120	1.800
4	144	576
36 ⁽⁵⁾	5	180
96		6.156

TOTAL – Parque Tecnológico Regional		
220		8.161

(1) Classe Empresa: Micro até 19 postos de trabalho; Pequena de 20 a 99; Média de 100 a 499 e, Grande, maior que 500 (Fonte FIESP); (2) Institutos e Centros de Produção do Conhecimento, de Investigação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico-tecnológico; (3) Estação Ciência, Raízes, Centro de Integração Social e Lazer; (4) Conveniência e Comércio; (5) Serviços.

Fonte: Elaboração própria a partir de Fundetec (2004:48)

Assim, o Parque Tecnológico Regional de Montes Claros é apresentado como um instrumento de desenvolvimento social, de modificação da renda e da melhoria da qualidade de vida das pessoas que constituem a população regional⁷²:

O Parque Tecnológico Regional de Montes Claros constitui um sistema de coordenações da geração do conhecimento, de coordenações de desenvolvimentos e investigações em tecnologias, cultura e arte, de coordenações para a promoção do empreendedorismo, realizadas através das alianças em co-operação, voltado à produção de bens e serviços de alto valor agregado e de significados maiores para atender às necessidades da sociedade utilizando as vantagens diferenciais regionais, voltado para a promoção da inclusão social e o desenvolvimento da cidadania, pela inserção continuada de processos sustentáveis de desenvolvimento regional. Sua arquitetura, em forma de uma rede regional de tecnologias, que nutre uma rede regional de arranjos produtivos, deve contribuir para a melhoria da qualidade de vida, redefinindo o paradigma atual e substituindo-o progressiva e definitivamente por outro que distribua as oportunidades, reforçando e fazendo crescer as suas vantagens diferenciais; ao mesmo tempo em que estará preservando os aspectos do anterior que o fizeram vitorioso. Neste sentido cabe, mandatoriamente, ao Parque Tecnológico, administrar e promover a propensão para se reduzir os afastamentos entre os estratos de sua sociedade circundante, lembrando-se que a inovação e a capacidade de empreender dependem do mérito dos que as criam e desenvolvem e não do status social das pessoas. (Fundetec, 2004:11 – volume 1)

⁷² Ver: Anexo I – Mapa da cidade de Montes Claros e do Distrito Industrial com a localização do Parque Tecnológico Regional de Montes Claros; Anexo II – Terrenos onde será implantado o Parque Tecnológico Regional de Montes Claros, com as áreas que o compõem e Anexo III – Projeto de Implantação do Parque Tecnológico de Montes Claros.

3.2. Algumas considerações acerca do impacto do modelo de desenvolvimento baseado em ciência & tecnologia para o Norte de Minas

Para além dos argumentos e dados apresentados pela elite dominante norte mineira como justificativas para a adoção do modelo de desenvolvimento baseado em *ciência & tecnologia* – através dos Arranjos Produtivos Locais e do Parque Tecnológico Regional de Montes Claros –; existe um referencial teórico e prático, que vem sendo trabalhado na região por aqueles que consideram o processo de desenvolvimento como “uma alternativa diferente do agronegócio latifundista – voltado para o mercado e intensivo em capital e tecnologia”.

Nesta linha, autores como Luz e Dayrell et all. (2000) consideram que, ao atrelar o sentido do processo de desenvolvimento à utilização de tecnologias, minimiza-se a centralidade da relação entre o meio ambiente e a agricultura. Além disso, privilegiam-se as oligarquias tradicionais, os setores industriais e agro-industriais em um novo processo de “*modernização conservadora*”, onde os interesses das populações tradicionais da região⁷³ são fundamentalmente desconsiderados.

Para Dayrell (2000) este processo de industrialização da agricultura norte mineira está integrado a um movimento mundial de apropriação da natureza em que o entendimento da produção agrícola vincula-se a empreendimentos empresariais, voltados para a produtividade e com alto grau de utilização de tecnologia; cujos resultados mais significativos são o agravamento das condições socioeconômicas das populações tradicionais regionais e a degradação devastadora do meio ambiente.

⁷³ Segundo Dayrell (2000:194) referir-se a populações tradicionais é remeter-se à diversidade e à complexidade que é a sociedade camponesa, composta de agricultores tradicionais, coletores extrativistas, pescadores e garimpeiros artesanais. Para este autor (200:194-195), *tradicional significa não um sistema cultural estático, antigo, que não se renova, pelo contrário, um sistema dinâmico, com padrões de comportamento transmitidos socialmente. Onde os modelos mentais usados para perceber o mundo, com símbolos e significados socialmente compartilhados são interpretados e seguidamente reinterpretados, à luz de uma maior ou menor resistência cultural e específica de cada povo, de cada cultura.*

Embora nosso objetivo nesta dissertação não contemple uma discussão mais aprofundada sobre os impactos do modelo de *ciência & tecnologia* para o meio ambiente – apesar de concordarmos de maneira contundente com a importância desta discussão para o processo de desenvolvimento regional como um todo –; centremos nossos esforços de análise na idéia da “*nova modernização conservadora*”.

Este viés de análise, anteriormente utilizado em nossas reflexões sobre a atuação da Sudene, também pode ser replicado para o modelo de desenvolvimento baseado em *ciência & tecnologia*.

Assim, na medida em que os novos arranjos políticos possibilitaram que os interesses da elite dominante fossem sendo compatibilizados com as mudanças na estrutura econômica – por meio da composição entre os interesses do grupo tradicional e do grupo moderno –; reproduziu-se novamente a estrutura concentradora de renda e poder, que funcionava desde a época em que o Estado decidiu promover a modernização da região.

Cabe refletir então, que embora o histórico do processo de desenvolvimento do Norte de Minas tenha se apresentado, a princípio, como uma experiência diferente do restante do Estado – devido ao impulso inicial de modernização realizado pela Sudene –; a partir do momento em que a nova elite dominante se vê desprovida do auxílio estatal, a forma de atuação deste grupo possibilita uma releitura do processo dentro do esquema de análise proposto por Dulci (1999).

Desta maneira, quando a existência de possibilidades econômicas concretas tornou plausível a meta da elite dominante de erguer uma estrutura produtiva moderna – ligada ao seu projeto próprio de desenvolvimento –, também no Norte de Minas, foi iniciado um processo de *modernização recuperadora por iniciativa interna*.

Embora a conjuntura histórica tenha contribuído para que a organização do grupo norte mineiro somente viesse há ocorrer, várias décadas após o movimento de desenvolvimentismo das elites do Centro-Sul do estado⁷⁴, a meta de preservar a hegemonia esteve sempre presente no ideário de ambos os grupos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise compreendida nesta dissertação está embasada na discussão sobre os modelos de desenvolvimento implantados no Norte de Minas ao longo do tempo. Das derivações da relação entre a esfera pública e a esfera privada construímos o foco central do nosso trabalho, que foi o exame das formas de articulação, por meio das quais, a elite dominante regional vem se mantendo no poder.

Tomando como referência de estudo os dois modelos hegemônicos adotados para a promoção do desenvolvimento regional – em um primeiro momento, a experiência indutora da Sudene e, posteriormente, a plataforma *científica e tecnológica* –; foi possível constatar que há uma regularidade na distribuição do poder econômico e político no Norte de Minas.

Tal situação, comprovada pela presença do grupo dominante no centro da maioria das ações promovidas ou apoiadas pelo Estado, nos leva a crer que, embora a categorização dos dois modelos em “experiências diferenciadas” tenha servido para operacionalizar nossa análise, a realidade é que, tanto no primeiro como no segundo casos; o Norte de Minas vem experimentando a “*modernização conservadora*” como esquema para a promoção de desenvolvimento.

⁷⁴ Dulci (1999:77) considera que o Plano de Recuperação Econômica de 1947 é um marco da iniciativa interna regional rumo à modernização do Estado. Para o autor a persistência do atraso relativo, mesmo em face às tentativas anteriores do setor público em promover o desenvolvimento de Minas Gerais, levou à alternativa da “marcha forçada de investimentos políticos e econômicos”, materializada pelas elites como estratégia para a superação do atraso econômico mineiro.

Ao optar por este estudo, uma das nossas hipóteses centrais era que a região apresentava-se como uma experiência de modernização diferente do restante do estado de Minas Gerais. A este respeito foi possível concluir que, se em um primeiro momento a experiência indutora da Sudene formalizou a diferença entre o processo de desenvolvimento norte mineiro e o Centro-Sul de Minas Gerais; a partir das modificações estruturais da situação política e econômica mundial, a atuação estratégica da elite regional provocou o realinhamento entre a experiência modernizadora do Norte e do Centro-Sul do Estado.

Em nosso entendimento, esta situação pode ser creditada às articulações da elite dominante regional que, ao ser atingida pela re-configuração do papel do Estado Nacional e pelo novo paradigma da concorrência mundial, passou a se movimentar em torno dos objetivos principais de modernizar a estrutura produtiva regional e de não perder o auxílio financeiro público, que historicamente financiou seus projetos.

Além destas conclusões principais, surgiu uma série de constatações e controvérsias que indicam a ineficácia de nosso estudo para oferecer uma interpretação conclusiva sobre a atuação da elite dominante regional.

Os argumentos e as movimentações deste grupo rumo à plataforma *ciência & tecnologia* – através da adoção da metodologia de Arranjos Produtivos Locais e da construção de um Parque Tecnológico regional em Montes Claros – trouxeram à tona, questionamentos sobre a eficácia destas estratégias como bases para o novo modelo de desenvolvimento socioeconômico do Norte de Minas.

Tais estratégias, além de serem apresentadas em seu conjunto como uma “Política industrial e de empregos”, continuam requerendo o financiamento dos órgãos governamentais interessados em promover o desenvolvimento de regiões atrasadas. Assim, cabe ainda investigar

se os APLs e o Parque Tecnológico apresentarão efeitos positivos sobre aumento da produção, da qualidade dos produtos e, principalmente, para melhoria qualidade de vida da população regional.

Outro ponto a ser averiguado diz respeito ao discurso “afinado” do grupo dominante em torno da plataforma *ciência & tecnologia*. Se por um lado é exigido o auxílio governamental e o comprometimento dos interessados para a melhoria das condições de coletividade e cooperação em vista da consecução dos projetos; por outro, o que se percebe é uma forte união da classe ruralista para a melhoria da base tecnológica regional. Neste sentido, diversos empresários entrevistados relataram tanto as ações conjuntas para a solução de entraves comuns, como a insatisfação e a insegurança frente às possibilidades de sucesso do novo modelo de desenvolvimento regional.

Ao longo da pesquisa de campo realizada para esta dissertação foi possível constatar que no Norte de Minas (assim como em outras regiões do país) há um enorme conflito entre o modelo de produção do agronegócio e o da agricultura familiar. Os fazendeiros e empresários do primeiro setor apresentam uma forte descrença na capacidade dos pequenos agricultores de cultivar e comercializar produtos de qualidade e em condições de competir em qualquer escala (regional, nacional ou mundial).

Contudo, também os pequenos agricultores apresentam fortes restrições ao modelo anterior. Segundo o discurso do grupo que tive a oportunidade de acompanhar⁷⁵, além de o agronegócio causar danos irreparáveis ao meio ambiente, o questionamento central está vinculado à destinação dos lucros e da produção dos grandes proprietários.

Em especial, os pequenos agricultores e os pesquisadores que defendem a agricultura familiar observam que a maior parte dos lucros da produção em moldes de agronegócio é destinada (i) às multinacionais que desenvolvem os pacotes tecnológicos utilizados pelos

⁷⁵ Durante a pesquisa de campo tive a oportunidade de participar do encontro “Povos do Cerrado: cuidadores do território, da cultura e da biodiversidade” em Montes Claros (de 14 a 18 de setembro de 2005). Durante encontro conversei com diversos agricultores familiares e técnicos do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA-NM – sobre o agronegócio regional.

grandes proprietários; (ii) às multinacionais que a cada dia abrem mais empresas rurais na região e (iii) aos “atravessadores” – que compram a produção agropecuária norte mineira a preços ínfimos, e revendem com alta margem de lucro em grandes centros ou mercados internacionais.

Além do mais, o grupo ponderou que os produtos de melhor qualidade são destinados ao mercado externo, sobrando para o consumidor regional e nacional “o refugio dos estrangeiros”. Desta forma, em seu entendimento, o Norte de Minas constitui mais uma das regiões de abastecimento dos países desenvolvidos, em detrimento da qualidade de vida que poderia ser oferecida à população brasileira.

Enquanto isso, os empresários do agronegócio seguem argumentando que exportar é indispensável à sobrevivência de seus investimentos. Segundo eles, além dos preços pagos no mercado interno não cobrirem as despesas de produção – visto que a concorrência é maior aqui do que em outros países –, a exportação é o caminho inevitável para aqueles que desejam sobreviver em um mercado globalizado, onde *“a tecnologia já possibilita o cultivo de hortaliça nos desertos de Israel”*.

Neste embate ideológico e prático surge uma situação intrigante: nem a maioria dos empresários do agronegócio se dispõe a contemporizar com os agricultores familiares e nem a maioria dos agricultores familiares enxergam a possibilidade de convivência entre os dois modelos.

Sendo assim, sob a égide do desenvolvimento tecnológico, segue em frente a marcha da *“modernização conservadora”* no Norte de Minas Gerais.

Agente está aqui nesta região há a mais ou menos trinta e cinco anos. Eu acho que nós tivemos uma fase muito importante, aí na década de 70, 80 com a Sudene: incentivos fiscais, financeiros, financiamentos; houve muito financiamento.

Mas agente não tinha ainda o conhecimento voltado principalmente para a área de pastagens, gramíneas para seca, uma genética mais apurada do gado. Então, eu acho que o custo-benefício deste dinheiro investido do agronegócio foi relativo.

Porque se nós tivéssemos, por exemplo, o conhecimento do centro-oeste! A tecnologia que expandiu o centro-oeste!

Se pegar na década de 70, o cerrado brasileiro era completamente desconhecido. Cerrado era um espaço aberto, inabitado. Você não tinha tecnologia pra desenvolver o cerrado.

Então, na década de 70 e 80 – com a tecnologia importante das variedades de soja resistentes ao alumínio do cerrado, e depois, as variedades de milho, também resistentes ao alumínio do cerrado; e junto com isso, as brachiarias para viabilizar a pecuária do cerrado! Aí veio o financiamento e o Pólo Centro-Oeste. O financiamento então tinha uma tecnologia.

Aí você tinha um recurso pra implantar esta tecnologia e veio uma explosão no cerrado brasileiro.

Agora você vai me perguntar: e no Norte de Minas?

Então, nós temos que desenvolver toda uma tecnologia voltada para semi-árido do Norte de Minas. Porque isso aí, nós não temos ainda.

As pastagens são inadequadas. Que se pese neste período que nós tivemos um investimento muito grande na fruticultura. Cresceu muito, foi bem, excelentes produtos: banana, manga, uva.

Está vindo aí agora mais agroindústrias: a indústria do vinho, a cachaça. Então, isso tudo pode melhorar e começar a acontecer.

Então, eu acho que nós avançamos relativamente pouco.

Agente pedia para vir recursos suficientes e até subsidiados, mas nós não tínhamos ainda uma tecnologia para conviver com as secas periódicas, para ter empreendimentos sustentáveis.

Eu acho que houve desenvolvimento, mas podia ser melhor se tivesse essa tecnologia já dominada.

Daí, por isso, a importância de, a partir de agora, pensar bastante, tentar – baseado na inovação tecnológica –, porque as potencialidades nossas são fortes e o desenvolvimento passa, necessariamente, pela inovação tecnológica. (entrevista realizada em fevereiro de 2006)

BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MONTES CLAROS. *Fórum Norte de Minas Integrado: plano de metas eixo São Francisco*. Norte de Minas Gerais, novembro de 2001.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS DE TECNOLOGIAS AVANÇADAS. Disponível em: www.anprotec.org.br (janeiro de 2006).

ÁVILA, Vicente Fidélis. et al. *Formação educacional para o desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceito*. Campo Grande-MS: UCDB, 2000.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias: Demografia e Família Escrava no Norte de Minas Gerais no Século XIX*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1994a.

_____. “Uma explicação para o atraso industrial de Montes Claros”. Texto para discussão 3. Montes Claros: Unimontes/FADEC, 1994b.

_____. “Demografia e Família Escrava em Montes Claros no século XIX” In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins e RODRIGUES, Luciene (org.). *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRITTO, Jorge. *Cooperação e Aprendizado em Arranjos Produtivos Locais: em busca de um referencial analítico*. Departamento de Economia – UFF e RedeSist: 2004. Disponível em: <<http://www.ie.ufjf.br/redesist>> (Janeiro de 2006)

CANUTO, Antônio. *Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade*. In: Revista NERA: Ano 7/ n°5, 2004.

CARDOSO, Antônio Dimas. *A Alca e as Elites Empresariais do Cone Sul*. Tese de doutoramento – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas, Universidade de Brasília: 2004.

CARDOSO, José Maria Alves. “A Região Norte de Minas: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais” In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins e RODRIGUES, Luciene (org.). *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. 1 – A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Sérgio Duarte. *O arranjo produtivo de confecções da região Jaraguá-GO. Relatório de atividades da rede de pesquisa em sistemas produtivos e inovativos locais*. Disponível em: <<http://www.ie.ufjf.br/redesist>> (Março de 2004)

CHALOULT, Yves; ALMEIDA, Paulo Roberto (orgs.). *Mercosul, NAFTA e ALCA: a dimensão social*. São Paulo: LTr, 1999.

COHN, Amélia. *Crise Regional e Planejamento (O Processo de criação da SUDENE)*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

COSTA, João Batista de Almeida. *Mineiros e Baianos: englobamento exclusão e resistência*. Departamento de Antropologia / Tese de Doutorado. Unb, 2003.

DALL'ACQUA, Clarisse Torrens Borges. *Competitividade e Participação: cadeias produtivas e a definição dos espaços geoeconômico, global e local*. São Paulo: Annablume, 2003.

DAYRELL, Carlos Alberto. "Os Geraizeiros descem a Serra ou a Agricultura de Quem não Aparece nos Relatórios do Agrobusiness". In: LUZ, Cláudia e DAYRELL, Carlos (org). *Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade*. Montes Claros: Max Gráfica e Editora Ltda, 2000.

DELGADO, Inácio Godinho. *A Estratégia de um Revés: Estado e associações empresariais em Minas Gerais*. Texto disponível na Internet: <http://www.revistasociologiaepolitica.org.br/resumo.php?pidtexto=295>, em 04 de maio de 2004.

DINIZ, Clélio Campolina; SANTOS, Fabiana; CROCCO, Marco. *Diretrizes Para a Formulação de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenação do Território Brasileiro: conhecimento, inovação e desenvolvimento regional/local*. Belo Horizonte: Face-Cedeplar/UFMG, 2004.

DULCI, Otávio Soares. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

ESTEVA, Gustavo. "Desenvolvimento". In: SACHS, W. *Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Cresce Minas: um projeto brasileiro*. 1. ed. 105p. Belo Horizonte: Fiemg, 2000.

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA AGROPECUÁRIA NORTE MINEIRA. *Parque Tecnológico Regional de Montes Claros - Plano de Negócios: concepção estruturas, viabilidade econômica, implementação*. Montes Claros, 2004. (documento disponível em cd-room)

_____ *Protocolo de Intenções e Ata de Constituição do Parque Tecnológico Regional de Montes Claros*. Cartório de Registro de Títulos e Documentos 24.333-02, LV BA 17, Protocolo 46.698 (2002), FLs 49, Montes Claros, 21 de fevereiro de 2002a.

_____ *Parque Tecnológico Regional de Montes Claros – Proposta, Volumes I e II, março de 2002b*.

_____ *Pólo de Tecnologias de Agronegócios do Norte de Minas – Plataforma Regional de Montes Claros*. Montes Claros, março de 2002c.

FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

_____ *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

_____ *A Fantasia Desfeita*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____ *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOBSON, John. *A Evolução do Capitalismo Moderno*. Coleção os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico do ano 2000*.

JANNUZZI, Paulo Martins. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes, dados e aplicações*. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2001.

KEYNES, John. M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. 3ª São Paulo: Atlas, 1982.

MANCUSO, Wagner Pralon. *Building laws: the constructors and public service concessions*. Lua Nova: nº.58, p.61-87. ISSN 0102-6445: 2003.

MARSHALL, A. *Princípios de Economia*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

LUZ, Cláudia e DAYRELL, Carlos (org). *Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade*. Montes Claros: Max Gráfica e Editora Ltda, 2000.

MAZZETO, Carlos Eduardo. “Desenvolvimento e Sustentabilidade nos Cerrados: o caso do sertão norte-mineiro” In: LUZ, Cláudia e DAYRELL, Carlos (org). *Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade*. Montes Claros: Max Gráfica e Editora Ltda, 2000.

MOORE, Jr. Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins e RODRIGUES, Luciene (org.). *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. *O processo de desenvolvimento de Montes Claros (MG), sob a orientação da SUDENE (1960-1980)*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: 1996.

_____. “O Processo de Formação e Desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE” In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins, e RODRIGUES, Luciene (org.). *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000.

OLSON, Mancur. *A Lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: Edusp, 1999.

PAULA, Hermes de. *Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes*. 1957.

PORTER, Michael E. *Estratégia Competitiva*. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

_____. *A Vantagem Competitiva das Nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

_____. *Competição: estratégias competitivas essenciais*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

REVISTA ECONOMIA & DESENVOLVIMENTO. Julho/Setembro 2005.

RICARDO, David. *Princípio da Economia Política e do Imposto*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

RODRIGUES, Adyr Ballestrarida. *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRIGUES, Luciene. *Investimento Agrícola e o Grande Projeto Jaíba. Uma Interpretação: 1970 – 1996*. Tese de doutoramento – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: 1998.

_____. “Formação Econômica do Norte de Minas e o Período Recente” In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins, e RODRIGUES, Luciene (org.). *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000.

SANDRONI, P. *Dicionário de Economia e Administração*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SANTOS, Gilmar Ribeiro. *Da produção de subsistência à agricultura moderna: socialização e preparação para o trabalho no Projeto Jaíba*. São Paulo. Puc-SP/Tese de Doutorado, 2003.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SECRETARIA TÉCNICA DO FUNDO SETORIAL DE AGRONEGÓCIO. *Diretrizes Estratégicas para o Fundo Setorial de Agronegócio*. Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2002.

SHIKIDA, Cláudio Djissey e MONASTERIO, Leonardo M. *Interest groups, political regimes, and economic growth in Brazil (1970-1995): some empirical evidence*. *Dados*, 2000, vol.43, nº2. ISSN 0011-5258.

SHUMPETER, Joseph. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito e o ciclo econômico*. Coleção “Os Economistas”. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

_____. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1984.

SILVA, Marcos Paulo; EL-AOUAR, Walid Abbas. *Discutindo efeitos sociais da globalização: uma proposta de enfrentamento*. Caderno de pesquisas em administração, São Paulo, v. 10, Nº1. Texto disponível na Internet: <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/v10n1art1.pdf>, em 09 nov. 2003.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. Coleção os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOUZA, Nali de Jesus de. *Introdução à Economia*. São Paulo: Atlas, 1997.

TELLES, Selva de Sousa Lima. *Cluster de Fruticultura: o Projeto Jaíba como Ponto de Partida*. Monografia – Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, 2003.

TROTSKY, Leon. *A História da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Saga, 1967.

TURCHI, Lenita; NORONHA, Eduardo G. *Política Industrial e Ambiente Institucional na Análise de Arranjos Produtivos Locais*. Texto disponível no CD-ROOM da ANPOCS de 2005.

VIANNA, Urbino Souza. *Monographia do Município de Montes Claros. Breves apontamentos Históricos, Geográficos e Descritivos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1916.

VIEIRA, Rosa Maria. *Celso Furtado: a construção do Nordeste*. Fundação Getúlio Vargas – EAESP/GV. Relatório de Pesquisa 24/2004. Texto disponível na Internet: http://www.fgvsp.br/adm/arquivos_npp/P00290_1.pdf, em 10 de jan. 2006.

ZAULI, Eduardo Meira. *Grupos de interesse e ação coletiva: uma crítica formal a Mancur Olson*. Rio de Janeiro: Revista Desafio: setembro/2000. Texto disponível na internet: <http://www.ibase.org.br/~desafio>, em 15 de março de 2006.

Sites Consultados:

<http://www.dgroups.org> em 27 de outubro de 2005.

<http://www.ipea.gov.br> em 27 de outubro de 2005.

<http://www.desenvolvimento.org.br> em 10 de dezembro de 2005.

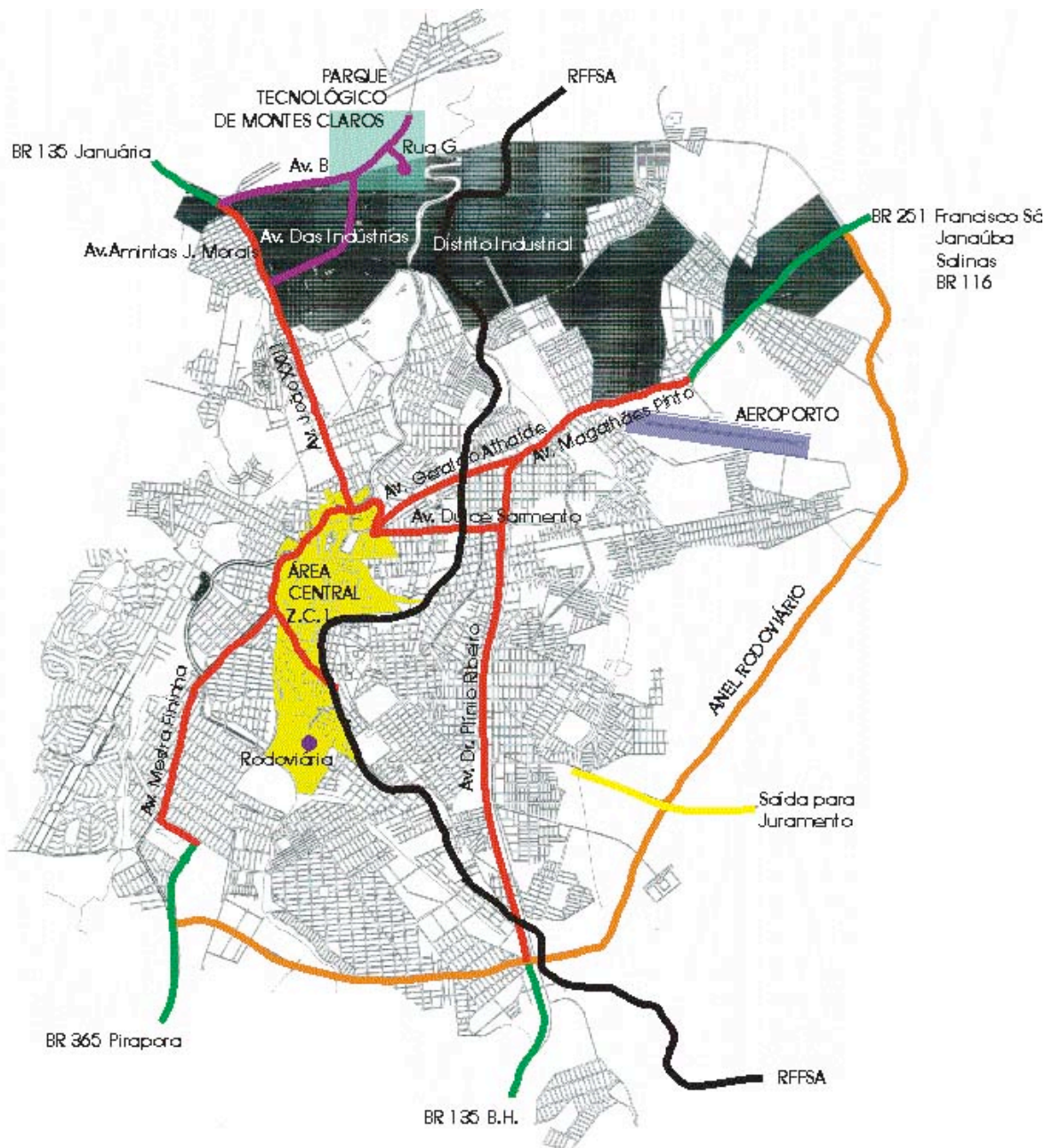
<http://www.ibge.com.br> em 10 de dezembro de 2005.

<http://www.redesist.ie.ufrj.br> em 15 de fevereiro de 2006.

ANEXOS

ANEXO I

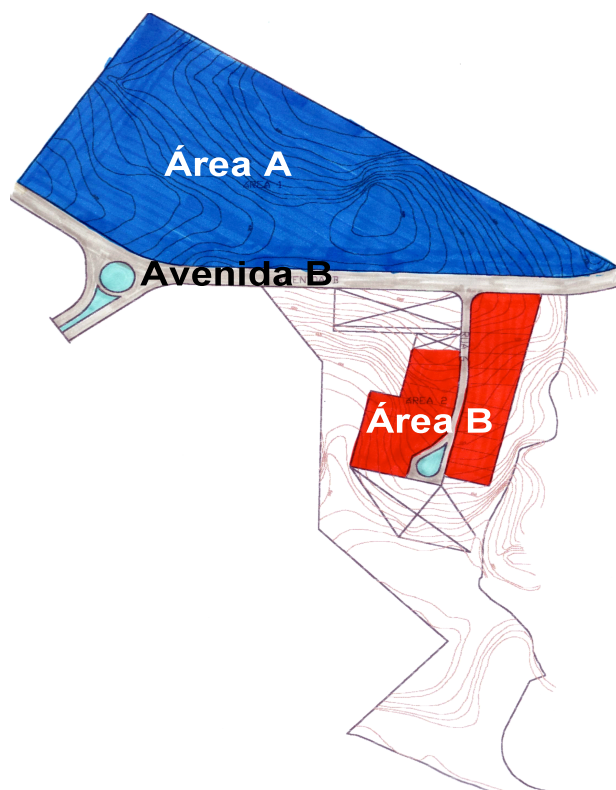
Mapa da cidade de Montes Claros e do Distrito Industrial com a localização do Parque Tecnológico Regional de Montes Claros



(Fonte: Fundetec, 2004:02 – volume3)

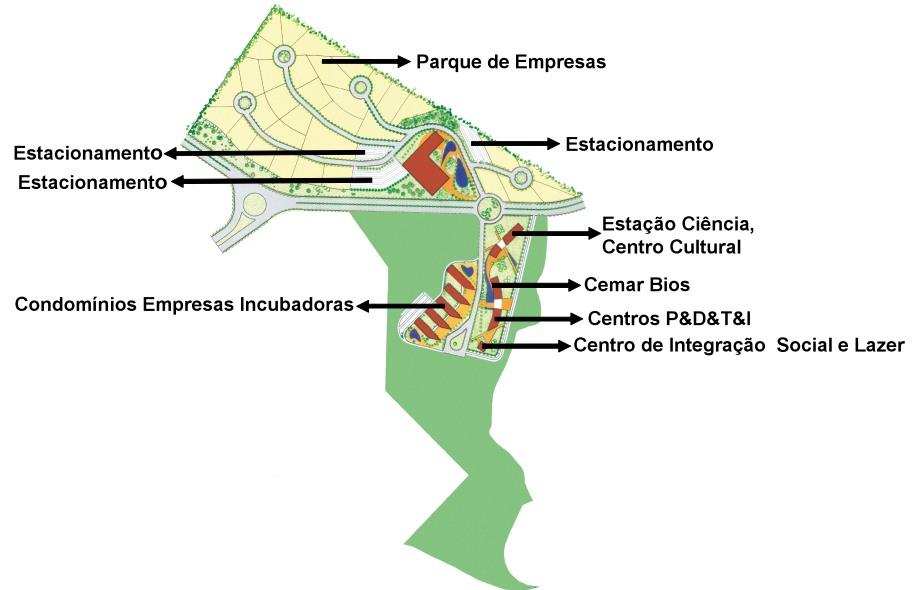
ANEXO II

**Terrenos onde será implantado o Parque Tecnológico Regional de Montes Claros,
com as áreas que o compõem**



(Fonte: Fundetec, 2004:05 – volume3)

Projeto de Implantação do Parque Tecnológico de Montes Claros



(Fonte: Fundetec, 2004:07 – volume3)

